

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	5
2.3 - Outras Informações Relevantes	14

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	15
3.2 - Medições Não Contábeis	16
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	17
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	18
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	19
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	20
3.7 - Nível de Endividamento	21
3.8 - Obrigações	22
3.9 - Outras Informações Relevantes	23

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	24
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	26
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	27
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	28
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	29
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	30
4.7 - Outras Contingências Relevantes	31

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	32
5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos	
5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	33
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	34
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	35
5.4 - Programa de Integridade	36
5.5 - Alterações significativas	37
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	38
6. Histórico do Emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	39
6.3 - Breve Histórico	40
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	41
6.6 - Outras Informações Relevantes	42
7. Atividades do Emissor	
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	43
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	44
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	45
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	46
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	48
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	49
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	50
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	51
7.8 - Políticas Socioambientais	52
7.9 - Outras Informações Relevantes	53
8. Negócios Extraordinários	
8.1 - Negócios Extraordinários	54
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	55

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	56
8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	57
9. Ativos Relevantes	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	58
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	59
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	60
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	61
9.2 - Outras Informações Relevantes	63
10. Comentários Dos Diretores	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	64
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	73
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	74
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	75
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	94
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	95
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	96
10.8 - Plano de Negócios	97
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	98
11. Projeções	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	99
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	100
12. Assembléia E Administração	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	101
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	106
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	108
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	111

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	114
12.7/8 - Composição Dos Comitês	125
12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	126
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	127
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	134
12.12 - Outras informações relevantes	135

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	136
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	138
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	142
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	143
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	144
13.6 - Opções em Aberto	145
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	146
13.8 - Precificação Das Ações/opções	147
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	148
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	149
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	150
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	151
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	152
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	153
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	154
13.16 - Outras Informações Relevantes	155

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	156
---------------------------------------	-----

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	157
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	158
14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	159
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	160
15. Controle E Grupo Econômico	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	161
15.3 - Distribuição de Capital	166
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	167
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	168
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	169
15.7 - Principais Operações Societárias	170
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	171
16. Transações Partes Relacionadas	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	172
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	173
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	178
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	179
17. Capital Social	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	180
17.2 - Aumentos do Capital Social	181
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	182
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	183
17.5 - Outras Informações Relevantes	184
18. Valores Mobiliários	
18.1 - Direitos Das Ações	185

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	186
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	187
18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	188
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	189
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	190
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	191
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	192
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	193
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	194
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	195
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	196
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	197
19. Planos de Recompra/tesouraria	
19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	198
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	199
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	201
20. Política de Negociação	
20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	202
20.2 - Outras Informações Relevantes	203
21. Política de Divulgação	
21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	204
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	215
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	226
21.4 - Outras Informações Relevantes	227

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Edvaldo Angelo

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Wilson Harrison Jacobsen

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

- DECLARAÇÃO -

EDVALDO ANGELO, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Rua Cerejeiras Nº 80, na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, portador da Carteira de Identidade Nº 116.395 SSP/SC e inscrito no CPF sob Nº 154.761.039-53, eleito para o cargo de Diretor Presidente, atesta que:

- a) reviu o Formulário de Referência;
- b) todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Timbó (SC), 26 de maio de 2020.

Edvaldo Angelo

Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

- DECLARAÇÃO -

WILSON HARRISON JACOBSEN, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado à Rua Paraguay, Nº 202, apartamento 1201, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, portador da Carteira de Identidade Nº 116.737-5 SSP/SC e inscrito no CPF sob Nº 180.443.019-68, eleito para o cargo de Diretor de Relações com Investidores, atesta que:

a) reviu o Formulário de Referência;

b) todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;

c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Timbó (SC), 26 de maio de 2020.

Wilson Harrison Jacobsen

Diretor de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

Não se aplica ao Emissor.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	682-3
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	67.634.717/0001-66
Data Início	01/01/2012
Descrição do serviço contratado	- Exame das demonstrações contábeis da Metisa Metalúrgica Timboense S.A. individuais e consolidadas com a Metisa Florestal e Energética S.A. relativas ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2012. - Não existe qualquer outro serviço contratado além dos relacionados à Auditoria Externa.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais)
Justificativa da substituição	Não se aplica.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Eduardo Affonso de Vasconcelos	01/01/2012	470.031.209-25	Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, Nº 1461, 4º e 12º andares, Cidade Monções, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04571-011, Telefone (011) 55043800, Fax (011) 55043805, e-mail: eduardo.vasconcelos@bakertillybrasil.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	682-3
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	67.634.717/0001-66
Data Início	01/01/2013
Descrição do serviço contratado	- Exame das demonstrações contábeis da Metisa Metalúrgica Timboense S.A. individuais e consolidadas com a Metisa Florestal e Energética S.A. relativas ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2013. - Não existe qualquer outro serviço contratado além dos relacionados à Auditoria Externa.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$59.940,00 (cinquenta e nove mil, novecentos e quarenta reais).
Justificativa da substituição	Não se aplica
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Eduardo Affonso de Vasconcelos	01/01/2013	470.031.209-25	Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, Nº 1461, 4º e 12º andares, Cidade Monções, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04571-011, Telefone (011) 55043800, Fax (011) 55043805, e-mail: eduardo.vasconcelos@bakertillybrasil.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	682-3
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	67.634.717/0001-66
Data Início	01/01/2014
Descrição do serviço contratado	- Exame das demonstrações contábeis da Metisa Metalúrgica Timboense S.A. individuais e consolidadas com a Metisa Florestal e Energética S.A. relativas ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2014. - Não existe qualquer outro serviço contratado além dos relacionados à Auditoria Externa.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$58.490,00 (cinquenta e oito mil, quatrocentos e noventa reais)
Justificativa da substituição	Não se aplica
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Eduardo Affonso de Vasconcelos	01/01/2014	470.031.209-25	Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, Nº 1461, 4º e 12º andares, Cidade Monções, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04571-011, Telefone (011) 55043800, Fax (011) 55043805, e-mail: eduardo.vasconcelos@bakertillybrasil.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	682-3
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	67.634.717/0001-66
Data Início	01/01/2015
Descrição do serviço contratado	- Exame das demonstrações contábeis da Metisa Metalúrgica Timboense S.A. individuais e consolidadas com a Metisa Florestal e Energética S.A. relativas ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2015. - Não existe qualquer outro serviço contratado além dos relacionados à Auditoria Externa.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 60.750,00 (sessenta mil, setecentos e cinquenta reais)
Justificativa da substituição	Não se aplica.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Eduardo Affonso de Vasconcelos	01/01/2015	470.031.209-25	Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, Nº 1461, 4º e 12º andares, Cidade Monções, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04571-011, Telefone (011) 55043800, Fax (011) 55043805, e-mail: eduardo.vasconcelos@bakertillybrasil.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1032-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BDO RCS Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	54.276.936/0009-26
Data Início	01/01/2016
Descrição do serviço contratado	- Exame das demonstrações contábeis da Metisa Metalúrgica Timboense S.A. individuais e consolidadas com a Metisa Florestal e Energética S.A. relativas ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2016. - Não existe qualquer outro serviço contratado além dos relacionados à Auditoria Externa.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais)
Justificativa da substituição	Não se aplica.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Paulo Sérgio Tufani	01/01/2016	007.601.018-09	Rua Cristóvão Nunes Pires, 110, Sala 603, Centro, Florianópolis, SC, Brasil, CEP 88010-120, Telefone (48) 30244455, Fax (48) 30244455, e-mail: paulo.tufani@bdobrazil.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	315-8
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	UHY Bendoraytes & Cia
CPF/CNPJ	42.170.852/0001-77
Data Início	01/01/2017
Descrição do serviço contratado	- Exame das demonstrações contábeis da Metisa Metalúrgica Timboense S.A. individuais e consolidadas com a Metisa Florestal e Energética S.A. relativas ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2017. - Não existe qualquer outro serviço contratado além dos relacionados à Auditoria Externa.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 40.800,00 (quarenta mil e oitocentos reais).
Justificativa da substituição	Não se aplica.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Geysa Bendoraytes e Silva	01/01/2017	076.252.107-40	Av. João Cabral de Mello Neto, 850 - Edif. Corporativo CEO, Bloco 3, 1301 a 1305, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 22775-057, Telefone (21) 30304662, Fax (21) 30304662, e-mail: geysa.bendoraytesesilva@crowehorwath.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	315-8
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	UHY Bendoraytes & Cia
CPF/CNPJ	42.170.852/0001-77
Data Início	01/01/2018
Descrição do serviço contratado	- Exame das demonstrações contábeis da Metisa Metalúrgica Timboense S.A. individuais e consolidadas com a Metisa Florestal e Energética S.A. relativas ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2018. - Não existe qualquer outro serviço contratado além dos relacionados à Auditoria Externa.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 40.800,00 (quarenta mil e oitocentos reais)
Justificativa da substituição	Não se aplica
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Geysa Bendoraytes e Silva	01/01/2018	076.252.107-40	Av. João Cabral de Mello Neto, 850 - Edif. Corporativo CEO, Bloco 3, 1301 a 1305, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 22775-057, Telefone (21) 30304662, Fax (21) 30304662, e-mail: geysa.bendoraytesesilva@crowehorwath.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	315-8
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	UHY Bendoraytes & Cia
CPF/CNPJ	42.170.852/0001-77
Data Início	01/01/2019
Descrição do serviço contratado	- Exame das demonstrações contábeis da Metisa Metalúrgica Timboense S.A. individuais e consolidadas com a Metisa Florestal e Energética S.A. relativas ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2019. - Não existe qualquer outro serviço contratado além dos relacionados à Auditoria Externa.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais)
Justificativa da substituição	Não se aplica
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Geysa Bendoraytes e Silva	01/01/2019	076.252.107-40	Av. João Cabral de Mello Neto, 850 - Edif. Corporativo CEO, Bloco 3, 1301 a 1305, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 22775-057, Telefone (21) 30304662, Fax (21) 30304662, e-mail: geysa.bendoraytes@uhy-br.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	315-8
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	UHY Bendoraytes & Cia
CPF/CNPJ	42.170.852/0001-77
Data Início	01/01/2020
Descrição do serviço contratado	- Exame das demonstrações contábeis da Metisa Metalúrgica Timboense S.A. individuais e consolidadas com a Metisa Florestal e Energética S.A. relativas ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2020. - Não existe qualquer outro serviço contratado além dos relacionados à Auditoria Externa.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais)
Justificativa da substituição	Não se aplica
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Geysa Bendoraytes e Silva	01/01/2020	076.252.107-40	Av. João Cabral de Mello Neto, 850 - Edif. Corporativo CEO, Bloco 3, 1301 a 1305, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 22775-057, Telefone (21) 30304662, Fax (21) 30304662, e-mail: geysa.bendoraytesesilva@crowehorwath.com.br

2.3 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	241.512.232,00	230.640.157,00	219.916.914,00
Ativo Total	308.823.171,00	279.978.903,00	272.047.245,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	287.012.619,00	270.619.866,00	240.106.829,00
Resultado Bruto	64.468.217,00	66.082.225,00	55.575.554,00
Resultado Líquido	18.000.782,00	16.335.466,00	13.142.924,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	8.985.763	9.004.863	9.011.763
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	26,877210	25,612840	24,403320
Resultado Básico por Ação	2,003256	1,814072	1,458420
Resultado Diluído por Ação	2,00	1,81	1,46

3.2 - Medições Não Contábeis

Não se aplica ao Emissor.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP 02/2020, vimos informar que, provavelmente, a Companhia irá sofrer impactos em seus resultados dado a pandemia instalada, mas que até a presente data ainda não é possível quantificar tais efeitos, visto que todos seus insumos são produzidos em território nacional e nas vendas ao mercado externo não foram observados dados negativos, mas se houverem, a alta do dólar poderá, eventualmente, atenuar tais impactos.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

Conforme disposição estatutária, a destinação dos resultados será destinado:

- 5% (cinco por cento) para a formação de reserva legal, até o montante de 20% (vinte por cento) do capital social;
- 25% (vinte e cinco por cento) no mínimo do lucro líquido, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei nº 6404/76 e legislação posterior, para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas, observado o disposto no Inciso III do Artigo 7º do presente Estatuto, na proporção do número de ações que cada um possuir na Companhia. Os juros sobre o capital próprio, aprovados pela Companhia em cada exercício social, poderão ser imputados aos dividendos obrigatórios de que trata o presente artigo;
- ao saldo se dará a destinação aprovada em Assembléia Geral, observadas as condições ou restrições estabelecidas em Lei.

As ações preferenciais terão dividendo mínimo anual, não cumulativo, de pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

A Assembléia Geral, independentemente de proposta dos órgãos da Administração, poderá empregar os lucros líquidos na forma que julgar conveniente e necessário.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado	16.533.122,00	15.319.918,00	10.218.893,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	41,465901	36,556390	46,441850
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	7,804704	7,428017	6,214321
Dividendo distribuído total	6.855.608,00	5.600.409,15	4.745.843,15
Lucro líquido retido	9.677.514,00	9.719.509,00	5.473.050,00
Data da aprovação da retenção	24/04/2020	25/04/2019	25/04/2018

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	1.516.510,80	06/06/2019	2.485.392,70	17/12/2018	2.106.265,00	15/12/2017
Preferencial	1.913.293,20	06/06/2019	3.115.016,45	17/12/2018	2.639.578,15	15/12/2017
Ordinária	1.516.510,80	17/12/2019				
Preferencial	1.909.293,20	17/12/2019				

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

Ação/ Espécie	Data da Aprovação	Data do Pagamento	Montante	Valor por Ação
Ordinária	07.11.2019	17.12.2019	1.516.510,80	0,36
Preferencial	07.11.2019	17.12.2019	1.909.293,20	0,40
Ordinária	24.04.2019	06.06.2019	1.516.510,80	0,36
Preferencial	24.04.2019	06.06.2019	1.913.293,20	0,40
Ordinária	07.11.2018	17.12.2018	2.485.392,70	0,59
Preferencial	07.11.2018	17.12.2018	3.115.016,45	0,65
Ordinária	09.11.2017	15.12.2017	2.106.265,00	0,50
Preferencial	09.11.2017	15.12.2017	2.639.578,15	0,55
Ordinária	03.11.2016	19.12.2016	2.106.265,00	0,50
Preferencial	03.11.2016	19.12.2016	2.639.578,15	0,55

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2019	67.310.939,00	Índice de Endividamento	21,17959484	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2019)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Quirografárias		37.826.823,00	229.289,00	0,00	0,00	38.056.112,00
Total			37.826.823,00	229.289,00	0,00	0,00	38.056.112,00
Observação							

3.9 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1.a. Fatores Relacionados ao Emissor

O Emissor é uma empresa industrial e, como tal, tem como fatores de risco o risco financeiro, o risco de mercado de seus produtos e o risco comercial, entendido como tal o risco representado pela venda de produtos concorrentes a preços vis.

4.1.a.1. Risco de Mercado de Produtos

A carteira de produtos do Emissor é bastante diversificada, atendendo a diferentes setores de mercado. De fato, a METISA produz: (i) ferramentas de penetração no solo/FPS utilizadas por máquinas de terraplanagem na construção de estradas, na construção de barragens, em obras civis que demandam a movimentação de terra e em atividades de mineração; (ii) ferramentas para máquinas e implementos agrícolas, utilizadas pelo setor agrícola; (iii) pás e lâminas para corte de pedras, utilizadas principalmente pela construção civil; (iv) acessórios ferroviários, utilizados pelas estradas de ferro. Cerca de 72% de sua produção é vendida no mercado interno e 28% é exportada para países diferentes. Resulta que há uma grande diversificação dos mercados em que o Emissor atua, situação que leva a minimizar o risco de mercado de seus produtos.

4.1.a.2. Risco Financeiro

Segundo o balanço da METISA relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, os índices de liquidez da empresa eram os seguintes: liquidez corrente: 3,77; liquidez seca: 2,68 e liquidez geral: 3,30. Tais índices indicam uma situação financeira sólida e, conseqüentemente, um risco financeiro baixo.

4.1.a.3. Risco Comercial

METISA exporta cerca de 28% de sua produção e enfrenta a concorrência de produtos importados em sua linha de produtos agrícolas, na linha de FPS e na linha de lâminas para corte de pedras. Resulta que há um risco cambial que se materializa na forma de preços baixos dos produtos importados.

4.1.b. Fatores Relacionados ao Controlador

Não há fatores de risco relacionados ao controlador.

4.1.c. Fatores Relacionados aos Acionistas

Não há fatores de risco relacionados aos acionistas.

4.1.d. Fatores Relacionados a Controlados

O Emissor tem uma única empresa controlada, a METISA Florestal e Energética S.A., cuja principal atividade é o reflorestamento de pinus e eucaliptos.

Decorre que não há risco relevante relacionado à controlada.

4.1.e. Fatores Relacionados aos Fornecedores

A principal matéria-prima utilizada pelo Emissor é constituída por palanquilhas de lingotamento contínuo e chapas bobinas de aços de alto carbono e de aços micro ligados de qualidade construção mecânica. Os fornecedores desses materiais no Brasil são: o Grupo Gerdau, Arcelor-Mittal, Usiminas e CSN - Companhia Siderúrgica Nacional.

4.1.f. Fatores Relacionados aos Clientes

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

METISA comercializa uma ampla gama de produtos a um grande número de clientes, no Brasil e no exterior, não existindo clientes que respondam sozinhos por parte relevante das vendas, entendido como tal cliente responsável por mais de 10% do faturamento.

Resulta que não há risco relevante relacionado a clientes.

4.1.g. Fatores Relacionados aos Setores da Economia

As vendas do Emissor se dirigem a diversos setores da economia, sendo os principais o setor agrícola, o setor de construção civil, a mineração e o setor de construção e conservação de estradas. Embora a atividade desses setores sofram flutuações, o risco de ruptura de suas atividades é praticamente inexistente. Resulta que não há risco relevante relacionado com os setores da economia nos quais o Emissor atua.

4.1.h. Fatores Relacionados à Regulação dos Setores em que o Emissor atua

A regulação dos setores em que o Emissor atua não afeta suas vendas.

4.1.i. Fatores Relacionados aos Países Estrangeiros

O fator de risco relacionado às vendas a países estrangeiros é a variação cambial e eventual inadimplência resultante da situação econômica de alguns dos países para onde o Emissor exporta. Nos últimos 5 (cinco) exercícios sociais, a Companhia reconheceu como perda o montante de U\$ 737,101.79 (setecentos e trinta e sete mil, cento e um, setenta e nove cents dólares), valores considerados irrelevantes perante o total exportado no período, de aproximadamente U\$ 98,000,000.00 (noventa e oito milhões de dólares).

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Com relação aos riscos relacionados no item 4.1, considera-se como riscos de alguma relevância o “Risco Comercial” e o “Risco Relacionado ao Fornecedor”. Cabe comentar:

a) Evolução do Risco Comercial

A evolução desse risco acompanha a flutuação da paridade cambial entre o Real e o Dólar Americano.

b) Evolução do Risco Relacionado ao Fornecedor

A existência de um oligopólio no setor siderúrgico voltado à fabricação de aços longos é um estímulo à entrada de novos concorrentes no setor. Entretanto, é necessário considerar que essa entrada enfrenta a barreira do investimento, visto que a implantação de uma usina siderúrgica integrada inteiramente nova demanda recursos financeiros vultosos.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Os processos judiciais e/ou administrativos em que o Emissor seja parte, dado o seu valor, são individualmente irrelevantes, bem como, já estão devidamente provisionados nas suas demonstrações financeiras.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Não se aplica ao Emissor.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

Não se aplica ao Emissor.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Não se aplica ao Emissor.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Não se aplica ao Emissor.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

Não se aplica ao Emissor.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Apesar da não formalização de um Comitê de Gerenciamento de riscos e controles internos são analisados e avaliados pela Administração da Companhia.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

A Companhia não possui uma política de gerenciamento de riscos de mercado.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Não se aplica ao Emissor.

5.4 - Programa de Integridade

Não se aplica ao Emissor.

5.5 - Alterações significativas

Considerada a situação atual, não há alterações significativas dos riscos de mercado do Emissor em relação aos presentes em 31 de dezembro de 2019.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Em 31 de dezembro de 2019 o Emissor tinha parte de suas disponibilidades - R\$ 12.187.117,00 aplicadas em títulos e valores mobiliários, substancialmente representados por ações de VALE, PETROBRÁS e BANCO DO BRASIL S.A.. Esses ativos representavam na data 13,85% do valor total das disponibilidades do Emissor - R\$ 87.977.670,00, entendido como tal o conjunto de ativos de liquidez imediata. Esses títulos estão sujeitos ao risco correspondente às flutuações das cotações dos referidos papéis na Bolsa de Valores.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	08/01/1942
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima de Capital Aberto
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	18/05/1971

6.3 - Breve Histórico

Fundada em 08 de Janeiro de 1942 pelo Sr. Richard Paul Junior com a designação de “Metalúrgica Timboense Ltda.”. Iniciou suas atividades na produção de pás e outras ferramentas manuais, utilizadas na agricultura.

Em 1948, foi transformada em S.A.. Em 1953, instalou seu primeiro laminador a quente de chapas de aço, o que a tornou independente neste importante setor de matéria-prima.

A partir de 1966, a METISA iniciou a fabricação de peças para tratores, mercado pouco explorado, pois a maioria destas peças estavam sendo importadas. Começou, portanto, a fabricar lâminas para motoniveladoras e sapatas para esteiras de tratores, com grande aceitação no mercado.

Em 1985, houve a transferência da administração e da última parte dos equipamentos industriais da fábrica antiga para a nova unidade, concentrando todo o seu parque fabril na área industrial de Timbó (SC).

Em 1987, houve alteração da composição acionária na Companhia com a entrada de novos sócios, o que contribuiu decisivamente para a profissionalização da METISA em todos os seus níveis.

Certificada ISO 9000 pela BRTÜV desde 1997.

Em 2001, foi instalado um laminador aberto, dotado de quatro cadeias trio, elevando a capacidade de laminação.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Não há pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial feito pelo Emissor, cuja situação econômico-financeira é sólida.

6.6 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes que mereçam ser relatadas.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1.1. Atividades do Emissor

O Emissor é caracteristicamente uma empresa do setor metalúrgico. Produz artefatos de aço para diversos usos, entre os quais destacam-se peças de penetração no solo, utilizadas por máquinas de terraplanagem, peças para máquinas e implementos agrícolas, entre os quais sobressaem os discos para uso em tais equipamentos e lâminas para corte de pedras. Além destas três linhas de produtos, a METISA produz ainda diversos outros artefatos, como talas de junção para trilhos ferroviários, pás e cavadeiras, peças para implementos rodoviários e arruelas. É relevante observar que as instalações industriais do Emissor são extremamente versáteis e um mesmo conjunto de equipamentos pode fabricar materiais que integram “linhas de produtos” diferentes. De fato, as linhas de produtos são definidas em função de seu uso e correspondente mercado, não se constituindo em setores fabris separados e bem identificados, e para os quais se possa desenvolver demonstrações financeiras individualizadas. Resulta que a empresa explora um único “segmento operacional”.

7.1.2. Atividades das Controladas

A única controlada, METISA Florestal e Energética S.A., se dedica a atividades de reflorestamento e exploração comercial de produtos florestais.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Não se aplica ao Emissor.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

Como visto no item 7.1, o Emissor se constitui em um único segmento operacional.

7.2.a. Produtos Comercializados

São basicamente artefatos de aço diversos, sendo relevante citar: (i) ferramentas de penetração no solo, utilizadas por máquinas de terraplanagem, tais como lâminas para tratores, motoniveladoras, pás carregadeiras, dentes para escavadeiras e retro-escavadeiras, sapatas para esteiras de tratores e outras máquinas rodoviárias, garras para recuperação de sapatas para esteiras; (ii) discos para arados e gradeadeiras e outras máquinas e implementos agrícolas, outras ferramentas para máquinas e implementos agrícolas; (iii) lâminas para corte de pedras; (iv) ferramentas manuais, tais como pás e cavadeiras; (v) acessórios ferroviários, tais como talas de junção para trilhos; (vi) acessórios para implementos rodoviários, tais como eixos para carretas, reboques e semi-reboques; (vii) arruelas em aço de alto carbono.

7.2.b. Receita Auferida pelo Segmento Operacional

É a receita auferida pelo Emissor, cuja receita operacional líquida nos três últimos exercícios foi: (i) 2017- R\$ 240.106.829,00 (duzentos e quarenta milhões, cento e seis mil, oitocentos e vinte e nove reais); (ii) 2018 - R\$ 270.619.866,00 (duzentos e setenta milhões, seiscentos e dezenove mil, oitocentos e sessenta e seis reais); (iii) 2019 - R\$ 287.012.619,00 (duzentos e oitenta e sete milhões, doze mil, seiscentos e dezenove reais).

7.2.c. Resultado Obtido pelo Segmento Operacional

Trata-se do resultado obtido pelo Emissor. Nos últimos 3 anos, o lucro líquido realizado foi de: (i) 2017 - R\$ 13.142.924,00 (treze milhões, cento e quarenta e dois mil, novecentos e vinte e quatro reais); (ii) 2018 - R\$ 16.335.466,00 (dezesseis milhões, trezentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e seis reais); (iii) 2019 - R\$ 18.000.782,00 (dezoito milhões, setecentos e oitenta e dois reais); resultados esses correspondentes a 100% do lucro auferido pelo Emissor.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3.a. Características do Processo de Produção

O processo de fabricação dos produtos do Emissor se caracteriza por processos de transformação do aço a quente, o que inclui operações de laminação, forjamento e estamparia, seguidas ou não de tratamento térmico e operações de acabamento por usinagem. A tecnologia aplicada é de domínio público. A capacidade das instalações varia significativamente em função da mistura de produtos fabricada, observado que se produz em um mesmo conjunto de máquinas materiais de diferentes linhas de produtos. Há um programa de manutenção preventiva que inclui um período de férias coletivas no fim/início de cada ano, quando se procede aos trabalhos que demandam a paralisação relativamente longa de equipamentos, como a de fornos de aquecimento para as operações de transformação a quente – laminação, forjamento e estamparia.

7.3.b. Características do Processo de Distribuição

Os produtos do Emissor se destinam a dois mercados distintos: indústrias que as utilizam como parte das máquinas que produzem e o mercado de reposição. No primeiro caso, as vendas se fazem diretamente às indústrias clientes, no segundo caso as vendas se fazem a distribuidores, através de uma rede de representantes. O processo não envolve empresas controladas, coligadas ou de alguma forma ligas ao acionista controlador.

7.3.c. Características do Mercado de Atuação

7.3.c.i. Participação em cada um dos Mercados

Não há estatísticas conhecidas relativas aos mercados dos produtos do Emissor. Decorre que não se conhece qual a sua participação no mercado. Nos segmentos de mercado em que o Emissor atua não se registra a existência de monopólios ou oligopólios.

7.3.c.ii. Condições de Competição no Mercado

A concorrência nos diversos mercados em que se inserem os produtos do Emissor se faz em termos de qualidade do produto e preço.

7.3.d. Sazonalidade

A sazonalidade nas vendas do Emissor varia em função da linha de produtos. Na linha de produtos de ferramentas de penetração no solo, as vendas são maiores no período março a setembro no mercado interno e maio a agosto nas exportações; no caso de peças para máquinas e implementos agrícolas as vendas são maiores no período abril a outubro no mercado interno e outubro a fevereiro nas exportações; no caso de lâminas para corte de pedras as vendas são maiores no período agosto a dezembro no mercado interno, observado que as exportações desse produto são irrelevantes; no caso de ferramentas manuais, as vendas ao mercado interno são maiores no período março a setembro e nos períodos março a maio e outubro a dezembro nas exportações; no caso das outras linhas de produção não se observa sazonalidade relevante.

7.3.e. Principais Matérias-Primas e Insumos

A principal matéria-prima é o aço, adquirido sob a forma de palanquilhas de lingotamento contínuo e chapas bobinas. As ligas utilizadas são: (i) aço de alto carbono; (ii) aço micro ligado; (iii) aço de baixo carbono, todas na qualidade aços para construção mecânica.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3.e.i. Relações Mantidas com os Fornecedores

As relações mantidas com o principal fornecedor, Grupo Gerdau, são de parceria, com os fornecimentos sendo feitos segundo programação definida com base no Plano de Produção do Emissor.

7.3.e.ii. Dependência de Poucos Fornecedores

Há no Brasil fornecedores da matéria-prima consumida pelo Emissor - Grupo Gerdau e Arcelor Mittal, Usiminas e CSN - Companhia Siderúrgica Nacional.

7.3.e.iii. Volatilidade de Preços

Os preços têm se mantido firmes por períodos superiores a 6 meses, não se caracterizando como preços voláteis.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

As vendas do Emissor estão distribuídas por um número grande de clientes, não havendo nenhum que responda por mais do que 10% da receita líquida do Emissor.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5.a. Autorizações para Exercício da Atividade

Não se aplica ao Emissor.

7.5.b. Política Ambiental do Emissor

O Emissor tem como política preservar o meio-ambiente e obedecer rigorosamente às determinações oficiais nesse sentido. Essa política se traduz em ações concretas, cabendo ressaltar o que se segue:

- I. As instalações fabris do Emissor se situam em terreno de 242 mil/m², terreno esse que margeia o Rio Benedito Novo, afluente do Rio Itajaí. A empresa desenvolve um programa de recomposição da mata ciliar do rio, mediante o plantio de espécies nativas;
- II. A empresa implantou um sistema de recirculação da água industrial, usada no resfriamento de seus fornos, nos laminadores e nas instalações de tratamento térmico. A água usada passa por um sistema de decantação e filtração, sendo a seguir levada a uma lagoa dotada de repuxo para resfriamento. Nessa lagoa com uma área de 30.000 m² a qualidade é controlada. Com esse sistema não há efluentes e a empresa capta do rio apenas a quantidade de água necessária para repor as perdas, basicamente por evaporação. O custo marginal desse sistema é irrelevante.
- III. Cumprindo normas ambientais, a empresa envia seus rejeitos sólidos, basicamente a carepa formada nos processos de transformação a quente, a aterro legalmente autorizado a receber tal material.

7.5.c. Dependência de Patentes, Marcas e Licenças

Os processos industriais utilizados pelo Emissor são de domínio público, bem como o projeto dos produtos que fabrica, com uma única exceção que é o projeto das lâminas de corte de pedra produzidas segundo patente de propriedade do Emissor. Resulta que o Emissor não depende de licenças e não paga royalties no desenvolvimento de suas atividades.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

Os registros do Emissor agrupam os clientes por região, tendo-se a seguinte distribuição, expressa em porcentagem da receita operacional líquida total do Emissor:

Região	% Receita Operacional Líquida Total		
	2017	2018	2019
Europa ⁽¹⁾	5,9	6,8	7,2
Oriente Médio/Norte da África ⁽²⁾	0,8	0,8	0,7
África	1,3	1,0	0,9
Ásia	1,8	1,5	1,6
Oceania	2,0	1,7	1,5
América do Norte ⁽³⁾	10,4	8,9	8,2
América do Sul	9,0	9,2	8,0
América Central e Caribe	0,2	0,3	0,1

⁽¹⁾ Inclui Turquia. ⁽²⁾ Inclui Egito, Líbia, Marrocos e Argélia. ⁽³⁾ Inclui México.

Receita Proveniente de Países Estrangeiros

A participação do total das receitas provenientes de países estrangeiros na receita operacional líquida total do Emissor, expressa em porcentagem, foi:

2017	2018	2019
31,4%	30,2%	28,2%

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

Não há restrições conhecidas às exportações do Emissor por parte dos países para os quais ele exporta suas mercadorias.

7.8 - Políticas Socioambientais

O Emissor respeita e cumpre as políticas socioambientais emanadas dos órgãos públicos correspondentes.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes a prestar.

8.1 - Negócios Extraordinários

Não se aplica ao Emissor.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Não se aplica ao Emissor.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Não se aplica ao Emissor.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Não se aplica ao Emissor.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1.a. Ativos Imobilizados

Os ativos imobilizados relevantes para a atividade do Emissor são os que constituem seu parque fabril, localizado à Rua Fritz Lorenz 2.442, no Município de Timbó - SC.

Esses ativos são compostos basicamente por um terreno plano de 245.209,69 m², uma área construída de 40.500,66 m² e por um parque de equipamentos para transformação a quente de semi-acabados de aço em peças diversas, complementado por um conjunto de máquinas de usinagem e de instalações de limpeza e pintura utilizado em operações de acabamento das referidas peças de aço conformadas a quente.

9.1.b. Patentes, Marcas, Licenças e Concessões

O Emissor comercializa seus produtos sob marca própria - a marca METISA. Não trabalha sob licença ou concessão de terceiros e os projetos dos materiais que fabrica são de domínio público.

9.1.c. Sociedades Controladas

O Emissor controla a METISA Florestal e Energética S.A., sobre a qual cabe informar:

- i) Denominação Social: METISA Florestal e Energética S.A.;
- ii) Sede: Rua Fritz Lorenz, Nº 2442, Distrito Industrial, Timbó (SC).
- iii) Atividade Desenvolvida: reflorestamento e exploração comercial da floresta plantada;
- iv) Participação do Emissor: 100%;
- v) Controle: a sociedade é controlada;
- vi) Registro na CVM: não possui;
- vii) Valor Contábil da Participação: R\$ 9.868.402,00, em 31/12/2019;
- viii) Valor de Mercado: a controlada não é empresa de capital aberto e, conseqüentemente, suas ações não são cotadas em Bolsa de Valores e, portanto, não há um valor de mercado;
- ix) Valorização da Participação: o valor contábil da participação variou nos três últimos exercícios, como segue:

	Unidade	Exercício		
		2017	2018	2019
Valor Contábil	R\$	10.465.870	10.357.336	9.868.402
Valorização	R\$	(226.632)	(108.534)	(488.934)

- x) Valorização/Desvalorização a Valores de Mercado: não há valor de mercado;
- xi) Dividendos Recebidos: não foram pagos;
- xii) Razões para Aquisição e Manutenção da Controlada: O Emissor utiliza madeira de reflorestamento na fabricação de embalagens de seus produtos.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Terreno com área de 245.209,69 m2	Brasil	SC	Timbó	Própria
Área Construída de 40.500,66 m2	Brasil	SC	Timbó	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Metisa Florestal e Energética S.A.	75.775.676/0001-56	-	Controlada	Brasil	SC	Timbó	Reflorestamento e exploração comercial da floresta plantada.	100,000000
Valor mercado								
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2017	10.465.870,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O Emissor utiliza madeira de reflorestamento na confecção de cabos para as ferramentas manuais e na fabricação de embalagens de produtos destinados ao mercado interno e externo. A razão da criação e manutenção da controlada é a garantia do fornecimento da madeira de origem legal e preços adequados, cabendo observar que em tempos passados, quando não contava com o suprimento de madeira de sua controlada, o Emissor enfrentou dificuldades na obtenção dos referidos cabos e embalagens.								
Metisa Florestal e Energética S.A.	75.775.676/0001-56	-	Controlada	Brasil	SC	Timbó	Reflorestamento e exploração comercial da floresta plantada.	100,000000
Valor mercado								
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2016	10.692.502,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O Emissor utiliza madeira de reflorestamento na confecção de cabos para ferramentas manuais e na fabricação de embalagens de produtos destinados ao mercado interno e externo. A razão da criação e manutenção da controlada é a garantia do fornecimento da madeira de origem legal e preços adequados, cabendo observar que em tempos passados, quando não contava com o suprimento de madeira de sua controlada, o Emissor enfrentou dificuldades na obtenção dos referidos cabos e embalagens.								
Metisa Florestal e Energética S.A.	75.775.676/0001-56	-	Controlada	Brasil	SC	Timbó	Reflorestamento e exploração comercial da floresta plantada.	100,000000
Valor mercado								
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	9.868.402,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O Emissor utiliza madeira de reflorestamento na confecção de cabos para as ferramentas manuais e na fabricação de embalagens de produtos destinados ao mercado interno e externo. A razão da criação e manutenção da controlada é a garantia do fornecimento da madeira de origem legal e preços adequados, cabendo observar que em tempos passados, quando não contava com o suprimento de madeira de sua controlada, o Emissor enfrentou dificuldades na obtenção dos referidos cabos e embalagens.								
Metisa Florestal e Energética S.A.	75.775.676/0001-56	-	Controlada	Brasil	SC	Timbó	Reflorestamento e exploração comercial da floresta plantada.	100,000000
Valor mercado								

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	10.357.336,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

O Emissor utiliza madeira de reflorestamento na confecção de cabos para as ferramentas manuais e na fabricação de embalagens de produtos destinados ao mercado interno e externo. A razão da criação e manutenção da controlada é a garantia do fornecimento da madeira de origem legal e preços adequados, cabendo observar que em tempos passados, quando não contava com o suprimento de madeira de sua controlada, o Emissor enfrentou dificuldades na obtenção dos referidos cabos e embalagens.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações sobre este assunto julgadas relevantes.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A Diretoria da Companhia entende que as condições financeiras e patrimoniais gerais da Companhia, são adequadas, permitindo que a Companhia cumpra suas obrigações de curto, médio e longo prazos, bem como, colocando-a em condições de fazer frente a novas oportunidades, não existindo fatos para acreditarmos que tal situação seja alterada de forma significativa em um curto espaço de tempo.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A Diretoria considera que a estrutura atual de capital da Companhia é adequada.

i. hipótese de resgate

Não há um programa para resgate de ações.

ii. fórmula de cálculo de resgate

Não aplicável.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria da Companhia, através do controle e planejamento constante dos seus ativos e passivos financeiros, entende que inexistente uma sinalização negativa em relação à sua capacidade de pagamento dos seus compromissos financeiros. As dívidas da Companhia são representadas por financiamentos decorrentes de adiantamentos de contratos de câmbio. A Companhia apresentava disponibilidades no montante de R\$ 87.977.670,00 (oitenta e sete milhões, novecentos e setenta e sete mil, seiscentos e setenta reais) e dívidas financeiras de R\$ 38.056.112,00 (trinta e oito milhões, cinquenta e seis mil, cento e doze reais) resultando em um caixa líquido no montante de R\$ 49.921.558,00 (quarenta e nove milhões, novecentos e vinte e um mil, quinhentos e cinquenta e oito um reais).

d) fontes de financiamentos para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia, atualmente, não está utilizando fontes de financiamento de terceiros.

e) fontes de financiamentos para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez

A Diretoria entende que, poderá utilizar linhas especiais com taxas de juros de mercado para financiar o seu capital circulante e não circulante, se necessário.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:

A Companhia apresenta abaixo seus níveis de endividamento, de forma consolidada, no exercício encerrado em 31.12.2019:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

- INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

			Controladora e Consolidado	
Modalidade	Finalidade	Encargos Financeiros	2019	2018
Leasing	Imobilizado	Juros de 12,43% a.a.	418.669	150.201
ACE/ACC	Capital de giro	VC + juros de até 2,00% a.a	37.637.443	21.288.060
	Total dos empréstimos		38.056.112	21.438.261
	Circulante		(37.826.823)	(21.338.127)
	Não Circulante		229.289	100.134
As parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:				
2020			-	50.067
2021			189.380	50.067
2022			39.909	
			229.289	100.134

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais e alienação fiduciária dos bens.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

ii. outras relações de longo prazo com Instituições Financeiras

Não se aplica a Companhia.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica a Companhia.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não se aplica a Companhia.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui limites de utilização dos financiamentos já contratados.

h) alterações significativas em cada item das Demonstrações Financeiras

A Companhia apresenta as Demonstrações Financeiras abaixo, com a comparação dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**BALANÇOS PATRIMONIAIS - (Em Reais)**

Ativo					
	Nota	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	3	75.790.553	49.659.573	76.932.543	49.695.378
Títulos e valores mobiliários	4	12.187.117	10.150.018	12.187.117	10.150.018
Contas a receber e outras contas a receber	5	60.759.586	58.575.903	61.193.594	58.579.599
Estoques	6	63.090.644	61.390.519	63.090.644	61.390.519
Tributos a recuperar	7	5.568.949	10.462.836	5.568.949	10.462.836
Despesas antecipadas		98.308	141.788	98.308	141.788
Total do ativo circulante		217.495.157	190.380.637	219.071.155	190.420.138
Realizável a longo prazo	8	4.379.545	4.374.945	4.379.545	4.374.945
Investimentos	9	9.868.402	10.357.336	-	-
Imobilizado	10	76.362.587	74.128.179	84.661.747	84.454.318
Intangível	11	717.480	737.806	717.480	737.806
Total do ativo não circulante		91.328.014	89.598.266	89.758.772	89.567.069
Total do ativo		308.823.171	279.978.903	308.829.927	279.987.207
Passivo e patrimônio líquido					
	Nota	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores		3.406.564	2.636.291	3.406.564	2.636.291
Empréstimos e financiamentos	12	37.826.823	21.338.127	37.826.823	21.338.127
Salários e encargos sociais		3.797.576	3.778.755	3.798.624	3.782.833
Obrigações tributárias	13	2.452.789	2.402.517	2.456.847	2.403.033
Férias e encargos sociais		3.208.059	3.293.234	3.209.709	3.296.944
Participação dos empregados	14	997.806	935.355	997.806	935.355
Participação dos administradores	15	2.054.413	1.827.111	2.054.413	1.827.111
Comissões e fretes sobre vendas		2.710.655	2.110.731	2.710.655	2.110.731
Outras contas a pagar		1.206.664	1.152.571	1.206.664	1.152.571
Total do passivo circulante		57.661.349	39.474.692	57.668.105	39.482.996
Empréstimos e financiamentos	12	229.289	100.134	229.289	100.134
Provisões para contingências	16	3.561.206	3.535.206	3.561.206	3.535.206
Impostos diferidos	17	5.859.095	6.228.714	5.859.095	6.228.714
Total do passivo não circulante		9.649.590	9.864.054	9.649.590	9.864.054
Total do passivo		67.310.939	49.338.746	67.317.695	49.347.050
Patrimônio líquido	18				
Capital social		150.000.000	100.000.000	150.000.000	100.000.000
Reservas de lucros		79.595.512	117.820.277	79.595.512	117.820.277
(-) Ações em tesouraria		(1.760.528)	(1.425.370)	(1.760.528)	(1.425.370)
Outros resultados abrangentes		13.677.248	14.245.250	13.677.248	14.245.250
Total do patrimônio líquido		241.512.232	230.640.157	241.512.232	230.640.157
Total do passivo e patrimônio líquido		308.823.171	279.978.903	308.829.927	279.987.207
Valor patrimonial por ação	18 a	26,87721	25,61284	26,87721	25,61284

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS - (Em Reais)**

	Nota	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	19	287.012.619	270.619.866	288.796.864	270.730.343
Custo dos produtos vendidos		(222.544.402)	(204.537.641)	(224.617.620)	(204.601.768)
Lucro bruto		64.468.217	66.082.225	64.179.244	66.128.575
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	20	(19.720.755)	(19.199.217)	(19.837.726)	(19.316.433)
Com vendas	21	(33.020.793)	(31.461.948)	(33.020.793)	(31.461.948)
Outras receitas operacionais	26	5.995.556	1.015.089	5.933.270	980.326
Resultado de equivalência patrimonial	9	(488.934)	(108.534)	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		17.233.291	16.327.615	17.253.995	16.330.520
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	22	20.131.714	23.193.473	20.163.823	23.196.247
Despesas financeiras	22	(13.532.852)	(18.064.731)	(13.533.706)	(18.066.102)
Lucro operacional		23.832.153	21.456.357	23.884.112	21.460.665
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	(6.188.942)	(4.966.089)	(6.240.901)	(4.970.397)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	357.571	(154.802)	357.571	(154.802)
Lucro líquido do exercício		18.000.782	16.335.466	18.000.782	16.335.466
Lucro líquido por ação					
ON	18 a	1,90221	1,72241	1,90221	1,72241
PN	18 a	2,09243	1,89465	2,09243	1,89465

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES - (Em Reais)**

	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	18.000.782	16.335.466	18.000.782	16.335.466
Outros resultados abrangentes	568.002	608.221	568.002	608.221
Resultado abrangente do período	18.568.784	16.943.687	18.568.784	16.943.687
Atribuído a sócios da empresa controladora	-	-	18.568.784	16.943.687

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em Reais)**

	Capital social	Reservas de lucros			Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total	
		Legal	Retenção de lucros	a Realizar					Incentivos fiscais
Em 31 de dezembro de 2017	100.000.000	12.879.465	83.906.160	7.368.298	2.229.690	(1.320.170)	14.853.471	-	219.916.914
Reversão de dividendos e JSCP	-	-	93.386	-	-	-	-	-	93.386
Ações em tesouraria	-	-	-	-	(105.200)	-	-	-	(105.200)
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	(59.456)	-	-	59.456	-	-
Custo atribuído realizado	-	-	-	-	-	(608.221)	608.221	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	16.335.466	-	16.335.466
Destinação proposta à Assembleia Geral:									
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	198.774	-	(198.774)	-	-
Reserva legal	-	816.774	-	-	-	-	(816.774)	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(5.600.409)	-	(5.600.409)
Retenção de lucros	-	-	10.387.186	-	-	-	(10.387.186)	-	-
Em 31 de dezembro de 2018	100.000.000	13.696.239	94.386.732	7.308.842	2.428.464	(1.425.370)	14.245.250	-	230.640.157
Reversão de dividendos e JSCP	-	-	62.059	-	-	-	-	-	62.059
Aumento de Capital	50.000.000	-	(50.000.000)	-	-	-	-	-	-
Ações em tesouraria	-	-	-	-	(335.158)	-	-	-	(335.158)
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	(1.539.157)	-	-	1.539.157	-	-
Custo atribuído realizado	-	-	-	-	-	(568.002)	568.002	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	18.000.782	-	18.000.782
Destinação proposta à Assembleia Geral:									
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	567.621	-	(567.621)	-	-
Reserva legal	-	900.039	-	-	-	-	(900.039)	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(6.855.608)	-	(6.855.608)
Retenção de lucros	-	-	11.784.673	-	-	-	(11.784.673)	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	150.000.000	14.596.278	56.233.464	5.769.685	2.996.085	(1.760.528)	13.677.248	-	241.512.232

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - (Em Reais)

	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido antes dos impostos	23.832.153	21.456.357	23.832.153	21.456.357
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciação, amortização e exaustão	8.725.171	8.279.632	10.805.550	8.353.172
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos	345.266	3.435.135	345.266	3.435.135
Equivalência patrimonial	488.934	108.534	-	-
Valor residual de ativos não circulantes	(620.468)	(70.581)	(642.168)	(70.581)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	505.216	59.983	505.216	59.983
Provisão para contingências	26.000	108.065	26.000	108.065
Disponibilidades brutas antes das mudanças no capital de giro	33.302.272	33.377.125	34.872.017	33.342.131
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento)/ Redução em títulos e valores mobiliários	(2.037.099)	(2.708.959)	(2.037.099)	(2.708.959)
(Aumento)/ Redução em contas a receber e outras contas a receber	(2.688.899)	(3.481.261)	(3.119.211)	(3.456.694)
(Aumento)/ Redução nos estoques	(1.700.125)	(4.672.216)	(1.700.125)	(4.672.216)
(Aumento)/ Redução em impostos a recuperar	4.893.887	(2.259.663)	4.893.887	(2.259.663)
(Aumento)/ Redução nas despesas antecipadas	43.480	(65.350)	43.480	(65.350)
Aumento/ (Redução) em fornecedores	770.273	(597.029)	770.273	(597.029)
Aumento/ (Redução) em salários e encargos sociais	18.821	379.560	15.791	381.666
Aumento/ (Redução) nas obrigações tributárias	38.225	379.893	90.960	383.133
Aumento/ (Redução) de férias e encargos sociais	(85.175)	1.038.145	(87.235)	1.040.647
Aumento/ (Redução) nas participações a pagar	289.753	560.678	289.753	560.678
Aumento/ (Redução) nas comissões e fretes s/ vendas	599.924	(85.120)	599.924	(85.120)
Aumento/ (Redução) em outras contas a pagar	54.093	132.813	54.093	132.806
Caixa gerado nas operações	33.499.430	21.998.616	34.686.508	21.996.030
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.188.942)	(4.966.089)	(6.238.135)	(4.971.292)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	27.310.488	17.032.527	28.448.373	17.024.738
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
No realizável a longo prazo	(4.600)	(1.530.450)	(4.600)	(1.530.450)
No imobilizado	(10.828.898)	(7.373.185)	(10.893.098)	(7.373.185)
No intangível	(215.554)	(109.733)	(215.554)	(109.733)
Caixa gerado na venda de ativos não circulantes	725.667	97.549	758.167	97.549
Ações em tesouraria	(335.158)	(105.200)	(335.158)	(105.200)
Reversão de dividendos e JSCP	62.059	93.386	62.059	93.386
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	(10.596.484)	(8.927.633)	(10.628.184)	(8.927.633)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos obtidos	91.362.430	73.076.107	91.362.430	73.076.107
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(75.089.846)	(81.374.634)	(75.089.846)	(81.374.634)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(6.855.608)	(5.600.409)	(6.855.608)	(5.600.409)
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de financiamentos	9.416.976	(13.898.936)	9.416.976	(13.898.936)
Aumento (Diminuição) líquido de caixa e equivalentes à caixa	26.130.980	(5.794.042)	27.237.165	(5.801.831)
Caixa e equivalentes à caixa no começo do período	49.659.573	55.453.615	49.695.378	55.497.209
Caixa e equivalentes à caixa no fim do período	75.790.553	49.659.573	76.932.543	49.695.378

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - (Em Reais)**

	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas	348.112.688	323.655.188	350.026.482	323.823.552
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	342.771.591	322.144.540	344.663.685	322.312.904
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão/ (Constituição)	(798.600)	(1.197.717)	(798.600)	(1.197.717)
Outras (despesas) receitas	6.139.697	2.708.365	6.161.397	2.708.365
Insumos adquiridos de terceiros	243.988.445	224.728.421	244.054.550	224.778.359
Custo dos produtos e mercadorias vendidos	221.719.428	201.976.792	221.719.428	201.976.792
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (adm/ven)	22.269.017	22.751.629	22.335.122	22.801.567
Valor adicionado bruto (1-2)	104.124.243	98.926.767	105.971.932	99.045.193
Retenções	8.641.279	8.126.854	10.721.658	8.200.394
Depreciação, amortização e exaustão	8.641.279	8.126.854	10.721.658	8.200.394
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade (3-4)	95.482.964	90.799.913	95.250.274	90.844.799
Valor adicionado recebido em transferência	19.518.180	22.896.963	20.039.223	23.008.271
Resultado de equivalência patrimonial	(488.934)	(108.534)	-	-
Receitas financeiras	20.007.114	23.005.497	20.039.223	23.008.271
Valor adicionado total a distribuir (5+6)	115.001.144	113.696.876	115.289.497	113.853.070
Distribuição do valor adicionado	115.001.144	113.696.876	115.289.497	113.853.070
Pessoal	64.048.614	62.094.515	64.160.894	62.220.024
Remuneração direta	52.930.869	51.505.884	53.037.114	51.625.850
Benefícios	6.931.021	6.379.654	6.931.698	6.379.655
FGTS	4.186.724	4.208.977	4.192.082	4.214.519
Impostos, contribuições e taxas	19.937.621	17.750.032	20.112.840	17.779.345
Federais	19.501.915	17.417.832	19.674.843	17.445.044
Estaduais	354.223	262.581	356.058	264.243
Municipais	81.483	69.619	81.939	70.058
Remuneração de capitais de terceiros	13.014.127	17.516.863	13.014.981	17.518.235
Juros	1.014.646	953.981	1.014.646	954.026
Outras	11.999.481	16.562.882	12.000.335	16.564.209
Remuneração de capitais próprios	18.000.782	16.335.466	18.000.782	16.335.466
Juros s/ capital próprio e dividendos	6.855.608	5.600.409	6.855.608	5.600.409
Lucros retidos/prejuízo do exercício	11.145.174	10.735.057	11.145.174	10.735.057

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**ESTOQUES DO EXERCÍCIO - (Em Reais)**

	2019	2018
Produtos acabados	22.619.607	22.820.510
Produtos em processo	14.696.860	12.831.884
Matérias-primas	15.063.822	17.250.676
Materiais secundários	7.121.667	6.533.930
Materiais de manutenção	2.454.181	2.326.213
Importação em andamento	1.041.733	236.623
Adiantamento a fornecedores	416.448	-
Provisão para perdas	(323.674)	(609.317)
	63.090.644	61.390.519

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

a) Resultados das operações do emissor em especial

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Metisa obteve uma receita operacional bruta de R\$331.956,0 mil, com a comercialização de 41.925,5 toneladas de produtos. Analisando-se esse desempenho, comparativamente ao ano de 2018, registra-se um acréscimo de 0,22% na quantidade vendida e 6,10% na receita operacional bruta.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No exercício de 2019, a Metisa auferiu um lucro líquido de R\$18.000,7 mil, correspondente a 6,04% da receita operacional líquida e que representou uma rentabilidade de 7,80% sobre o patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2018, correspondendo a um resultado de R\$2,00 por ação.

b) Variações das receitas atribuíveis a variação de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os aspectos relativos a este item, acham-se descritos nos itens precedentes.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Em relação aos impactos relacionados neste item, seus efeitos acham-se descritos nos itens precedentes.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3.a. Introdução ou Alienação do Segmento Operacional

Não se aplica a Companhia.

10.3.b. Aquisição ou Alienação de Participação Societária

Não se aplica a Companhia.

10.3.c. Eventos ou Operações Não Usuais

Não se aplica a Companhia.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

As políticas contábeis descritas, em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, exceto nos casos indicados em contrário, conforme segue:

a.1) Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras estão apresentadas em reais e incluem:

- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 10 de março de 2020.

a.2) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais mensurados pelo valor justo:

- os ativos biológicos da controlada conforme nota 2.2 (g); e
- determinados ativos do imobilizado da controladora conforme nota 2.2 (i).

a.3) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

a.4) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas BR GAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas.

a.5) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da METISA Metalúrgica Timboense S/A, e sua controlada METISA Florestal e Energética S/A, conforme Nota 9 que adota políticas contábeis alinhadas com a controladora.

Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação da participação da controladora no patrimônio líquido da entidade controlada; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidência de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

a.6) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real conforme as normas descritas na Deliberação CVM nº 640 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

Operações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio da data de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

a.7) Instrumentos financeiros

a.7.1 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia descontinua um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem recebíveis e outras contas de ativos financeiros não derivativos. Recebíveis e outras contas são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, recebíveis e outras contas são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis e outras contas abrangem clientes e outros créditos.

a.7.2 Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia são constituídos de empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, que são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis.

a.7.3 Instrumentos financeiros

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

A Companhia mantém uma carteira de ações de empresas de capital aberto. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado do exercício.

a.8) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curtíssimo prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

a.9) Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. A Companhia tem como política manter um prazo de financiamento das contas a receber a curto prazo, justificando assim, a não necessidade de cálculo de ajuste a valor presente.

a.10) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

a.11) Ativo biológico (consolidado)

Os ativos biológicos da controlada são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados para venda no momento do corte, sendo que sua exaustão é calculada no momento do corte da madeira. Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucaliptus e pinnus provenientes de plantios planejados e renováveis e são destinados substancialmente para comercialização com clientes localizados na região da METISA Florestal e Energética S/A. Na determinação do valor justo, foi utilizado o valor de mercado ativo, considerando sua localização e condições atuais e os preços cotados nesse mercado, conforme preconizado no CPC 29 – Ativo Biológico.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos, por ocasião de sua avaliação é reconhecido no resultado do período em que ocorrem, numa rubrica específica da demonstração do resultado, denominada “ajuste do valor justo do ativo biológico”. O aumento ou diminuição do valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos no início e no final do período avaliado.

A contrapartida do valor justo dos ativos biológicos do início do período foi reconhecido e mantido na reservas de lucros retidos no patrimônio líquido, até sua efetiva realização financeira pelo corte da madeira, quando será transferida para lucros acumulados para destinação.

a.12) Investimentos

A participação na controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

a.13) Imobilizado

a.13.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

A Companhia fez a opção de utilizar o custo atribuído para valorização de determinados bens do seu ativo imobilizado em função de que esses, tais como apresentados conforme as práticas contábeis anteriores, não atendiam a alguns requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16), em função principalmente de que são ativos que extrapolaram sua vida útil inicial, todavia continuam gerando benefícios econômicos futuros.

Adicionalmente, em 2010 a Companhia realizou a reavaliação da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado, objetivando adequar os custos de depreciação à expectativa de obtenção de benefícios econômicos futuros com esses bens. O levantamento foi realizado mediante contratação de empresa especializada, a qual emitiu laudo técnico sobre a reavaliação.

a.13.2 Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

a.13.3 Custos subsequentes

O custo de reposição ou de manutenção (reforma) de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

a.14) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

a.14.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

a.14.2 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

a.15) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou operacional que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

a.16) Capital social

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

a.17) Receita operacional - Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possa ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

a.18) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variação cambial e outras receitas diversas. As receitas de juros e variação cambial são reconhecidas diretamente no resultado.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias, variação cambial, despesas com juros sobre empréstimos e encargos financeiros sobre tributos. As despesas de juros e variação cambial são reconhecidas diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através dos juros efetivos.

a.19) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mil mensais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos, que são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado às alíquotas vigentes na data da apresentação.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis vigentes até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

a.20) Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, com base no estatuto social e legislação aplicável, excluindo as ações mantidas em tesouraria.

a.21) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. A Companhia possui um único segmento de negócio: a produção e comercialização de peças fabricadas em aço para implementos agrícolas, construção civil e outros, como divulgado na Nota 24.

a.22) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

a.22.1 Contas a receber de clientes e outros créditos

As contas a receber e outras contas encontram-se apresentadas pelos seus valores justos de entrada de fluxo de caixa.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

a.22.2 Derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos e não operou com esses instrumentos.

a.22.3 Passivos financeiros não derivativos

As contas a pagar e outras contas encontram-se apresentadas pelos seus valores justos nominais.

a.23) Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Remuneração das aplicações</u>	Controladora		Consolidado	
		<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e Bancos		909.039	634.385		642.867
Aplicações Financeiras em Certificados de Depósito Bancário	Vinculada à variação do CDI	74.881.514	49.025.188	76.020.785	49.052.511
		75.790.553	49.659.573	76.932.543	49.695.378

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa.

a.24) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se a uma carteira composta por ações classificada como ativos financeiros que a Companhia mantém para negociação.

Conforme IAS 39 (CPC 38, 39 e 40), os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados na categoria de mensurado ao valor justo por meio do resultado. Tratam-se de ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. Os saldos são demonstrados ao valor justo e as variações são contabilizadas no resultado. Os títulos mantidos pela Companhia estão assim distribuídos:

	Controladora e Consolidado	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Banco do Brasil (BBAS3)	3.454.586	2.606.837
(-) Venda de Opções - Banco do Brasil (BBAS3)	(8.583)	(1.741)
Petrobras S.A. (PETR4)	4.496.004	3.760.154
(-) Venda de Opções - Petrobras S.A. (PETR4)	(2.889)	(1.472)
Vale S.A. (VALE5)	4.255.317	3.794.800
(-) Venda de Opções - Vale (VALE5)	(7.318)	(8.560)
	12.187.117	10.150.018

a.25) Contas a receber e outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Mercado interno	29.971.856	28.311.465	30.403.347	28.311.465
Mercado externo	31.127.678	27.057.209	31.127.678	27.057.209
(-) Provisão para riscos de créditos	(3.645.296)	(3.140.080)	(3.645.296)	(3.140.080)

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

de liquidação duvidosa				
(-) Ajuste CPC 47- Receitas	(244.365)	(207.632)	(244.365)	(207.632)
Outras contas a receber (i)	3.549.713	6.554.941	3.552.230	6.558.637
	60.759.586	58.575.903	61.193.594	58.579.599

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber é divulgada na Nota 25. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em bases consideradas suficientes para fazer face as eventuais perdas na realização de créditos, tendo como base os títulos vencidos há mais de 90 dias no mercado interno e 180 dias no mercado externo, que teve a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado			
	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Saldo em 2019
Mercado interno	600.670	926.743	(421.527)	1.105.886
Mercado externo	2.539.410	-	-	2.539.410
	3.140.080	926.743	(421.527)	3.645.296

(i) outras contas a receber tem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Adiantamento de férias	1.499.717	1.700.678	1.502.234	1.704.374
Adiantamento a fornecedores	983.372	1.073.689	983.372	1.073.689
Cessões de créditos de ICMS (a)	115.250	3.000.000	115.250	3.000.000
Outros valores	951.374	780.574	951.374	780.574
	3.549.713	6.554.941	3.552.230	6.558.637

(a) Refere-se a créditos de ICMS liberados pela Fazenda Estadual e transferidos para fornecedores da Companhia.

a.26) Estoques

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Produtos acabados	22.619.607	22.820.510
Produtos em processo	14.696.860	12.831.884
Matérias-primas	15.063.822	17.250.676
Materiais secundários	7.121.667	6.553.930
Materiais de manutenção	2.454.181	2.326.213
Importação em andamento	1.041.733	236.623
Adiantamento a fornecedores	416.448	-
Provisão para perdas	(323.674)	(609.317)
	63.090.644	61.390.519

a.27) Tributos a recuperar

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
ICMS (i)	5.226.615	2.634.125
IPI	8.821	8.811

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

IRPJ (ii)	291.764	4.234.373
CSLL (ii)	-	945.347
PIS/COFINS	-	2.597.460
REINTEGRA	41.749	42.720
	5.568.949	10.462.836

(i) Refere-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), oriundo de aquisições de matérias primas e insumos, e não compensado em sua totalidade com o ICMS gerado em suas vendas de mercadorias no mercado nacional, pendente de liberação pela Fazenda Estadual para transferência para fornecedores da Companhia.

(ii) São antecipações de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, calculadas com base na estimativa mensal, pagos em 2018, com valores superiores ao apurado pelo ajuste anual e ainda não compensados.

a.28) Realizável a longo prazo

a.28.1 Outras conta a receber

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Depósitos judiciais (i)	4.289.290	4.284.690
Empréstimos compulsórios	90.255	90.255
	4.379.545	4.374.945

(i) Refere-se a depósitos para garantir o andamento de demandas judiciais, de natureza cível, tributária e trabalhista, cujas provisões, quando devidas, estão reconhecidas no passivo, assim constituídas:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Cíveis	1.659.717	1.659.717
Tributários	35.543	30.943
Trabalhistas	2.594.030	2.594.030
	4.289.290	4.284.690

a.28.2 Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSL)

A conciliação do Imposto de Renda - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, está apresentada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
IRPJ e CSL correntes	(6.188.942)	(4.966.089)	(6.240.901)	(4.970.397)
IRPJ e CSL diferidos	357.571	(154.802)	357.571	(154.802)

Impostos correntes

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia (controladora) apresentava prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, apurados no 4º trimestre de 2019.

Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
- Sobre bases negativas/prejuízos fiscais	264.768	-
- Sobre adições temporárias	(318.271)	(553.232)
- Sobre depreciação custo atribuído	292.608	313.326
- Sobre diferença de depreciação nova vida útil	(324.989)	(325.214)
- Sobre realização depreciação nova vida útil	443.106	410.550
- Sobre diferença do valor residual	349	(232)
	357.571	(154.802)

O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre adições temporárias tem a seguinte composição:

	Controladora e Consolidado			
	2019		2018	
Adições temporárias:	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
- Provisão para perdas em Eletrobrás	361.020	361.020	361.020	361.020
- Contingências trabalhistas	100.000	100.000	74.000	74.000
- Contingências cíveis	47.972	47.972	47.972	47.972
- Comissão sobre vendas	1.044.496	1.044.496	849.989	849.989
- Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	3.645.296	3.645.296	3.140.080	3.140.080
- Perda estimada com estoques	323.674	323.674	609.317	609.317
- Ajuste CPC 47 – Receitas	244.365	244.365	207.632	207.632
- Taxa de agenciamento	-	-	-	-
- Perdas incorridas no merc. de renda variável	-	998.374	-	2.919.921
Base de cálculo	5.766.823	6.765.197	5.290.010	8.209.931
Alíquotas	9%	25%	9%	25%
Imposto diferido	519.014	1.691.299	476.101	2.052.483

A Administração considera que os impostos diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

a.29) Investimentos

A seguir demonstramos um sumário das informações da controlada e o resultado de equivalência patrimonial apurado durante o exercício:

METISA Florestal e Energética S.A.		
	2019	2018
Capital social realizado	1.905.000	1.905.000
Patrimônio líquido	9.868.402	10.357.336
Total de ativo e passivo	9.875.158	10.365.640
Receitas líquidas de vendas	1.784.245	110.477
Percentual de participação		
.No capital votante	100%	100%
.No capital total	100%	100%
Resultado do exercício da controlada	(488.934)	(108.534)
Resultado de equivalência patrimonial contabilizada na controladora	(488.934)	(108.534)
Saldo do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial	9.868.402	10.357.336
Saldo de investimentos	9.868.402	10.357.336

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

a.30) Imobilizado

A movimentação é demonstrada conforme a seguir:

					Controladora
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2019
Terrenos	10.309.747	-	-	-	10.309.747
Edifícios e Construções	33.396.243	-	-	-	33.396.243
Móveis e Utensílios	4.892.030	83.825	(33.832)	-	4.942.023
Veículos	1.269.616	1.355.542	(464.234)	-	2.160.924
Máquinas e Equipamentos	133.367.834	264.677	(627.629)	6.929.431	139.934.313
Imobilizações em andamento	5.115.740	9.124.854	-	(6.929.431)	7.311.163
Depreciações acumuladas	(114.223.031)	(8.489.291)	1.020.496	-	(121.691.826)
	74.128.179	2.339.607	(105.199)	-	76.362.587

					Consolidado
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2019
Terrenos	11.197.285	-	-	-	11.197.285
Reflorestamento	10.008.354	64.200	(2.390.648)	-	7.681.906
Edifícios e Construções	33.610.428	-	-	-	33.610.428
Móveis e Utensílios	4.911.644	83.825	(33.832)	-	4.961.637
Veículos	1.366.706	1.355.542	(464.234)	-	2.258.014
Máquinas e Equipamentos	133.426.571	264.677	(654.234)	6.929.431	139.966.050
Imobilizações em andamento	5.115.740	9.124.854	-	(6.929.431)	7.311.163
Depreciação acumulada	(115.182.410)	(10.569.669)	3.427.343	-	(122.324.736)
	84.454.318	323.429	(116.000)	-	84.661.747

a.31) Intangível

	Controladora e Consolidado				
	2018	Adições	Baixas	Transferências	2019
Software	1.467.375	6.000	-	234.129	1.707.504
Intangível em andamento	50.000	209.555	-	(234.129)	25.426
Amortização acumulada	(779.569)	(235.881)	-	-	(1.015.450)
	737.806	(20.326)	-	-	717.480

A depreciação e a amortização, em 31 de dezembro de 2019, da Controladora, totalizaram R\$ 8.725.171 (R\$ 8.279.632 em 31 de dezembro de 2018). Desse total, R\$ 7.956.600 (R\$ 7.672.494 em 31 de dezembro de 2018) foram reconhecidos no custo de produção e o restante diretamente no resultado do exercício.

a.32) Empréstimos e financiamentos

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados abaixo:

Controladora e Consolidado				
Modalidade	Finalidade	Encargos Financeiros	2019	2018
Leasing	Imobilizado	Juros de 12,43% a.a.	418.669	150.201
ACE/ACC	Capital de giro	VC + juros de até 2,00% a.a	37.637.443	21.288.060

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

	Total dos empréstimos		38.056.112	21.438.261
	Circulante		(37.826.823)	(21.338.127)
	Não Circulante		229.289	100.134

As parcelas do não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Modalidade	2019	2018
2020	-	50.067
2021	189.380	50.067
2022	39.909	-
	229.289	100.134

a.33) Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
IRPJ e CSLL	767.990	755.943	441.085	756.272
ICMS ST	79.169	40.918	79.169	40.918
IPI	358.956	558.851	358.956	558.851
PIS/COFINS	120.309	25.903	120.309	26.008
CPRB	184.772	175.142	184.772	175.142
IRRF	914.884	822.922	914.884	822.922
Outros tributos	26.709	22.838	27.672	22.920
	2.452.789	2.402.517	2.456.847	2.403.033

a.34) Participações de empregados

O acordo com os funcionários prevê a distribuição de até 10% do lucro após os impostos, sendo 4% fixos e 6% variáveis de acordo com as metas atingidas.

a.35) Partes Relacionadas

A remuneração da administração, bem como as operações entre a Companhia e a Partes Relacionadas foram realizadas conforme a seguir.

a.35.1 Remuneração dos administradores

A Companhia provê a seus administradores remuneração fixa e variável, que é determinada conforme estatuto e legislação societária.

Os montantes referentes à remuneração paga, ao Conselho de Administração e Diretores Estatutários, estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Remuneração fixa	5.594.920	5.361.900	5.630.320	5.411.032
Remuneração variável	1.827.111	1.485.506	1.827.111	1.485.506

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos anualmente, admitida a reeleição.

a.35.2 Operações com partes relacionadas

As transações de compra de serviços e insumos são efetuadas em condições de preços e prazo equivalentes às transações efetuadas com terceiros não relacionados e podem ser resumidas como segue:

	2019	2018
- Fornecimento de Serviços		

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

PARTBANK S.A.	485.904	485.904
Ricardo Teixeira Mendes	265.536	265.536
Elite CCVM Ltda	12.209	25.837
- Fornecimento de produtos e insumos:		
Eletromeca Metalúrgica Casagrande Ltda	150.654	83.204

a.36) Provisões para contingências

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

Para as contingências consideradas pelos assessores jurídicos da Companhia, como perda provável, foram constituídas provisões. A Companhia acredita que as provisões constituídas, conforme apresentadas abaixo, são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e custas.

Controladora e Consolidado				
	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Saldo em 2019
Cíveis	1.652.469	-	-	1.652.469
Tributárias	1.808.737	-	-	1.808.737
Trabalhistas	74.000	75.000	(49.000)	100.000
	3.535.206	75.000	(49.000)	3.561.206

Tributárias - refere-se a demandas judiciais relativas ao INSS e para as quais há depósitos judiciais no montante de R\$ 2.350.829 (R\$2.350.829 - em 31/12/2018).

Trabalhistas - consiste em diversas matérias relacionadas à área trabalhista.

Cíveis - consiste, principalmente, no reconhecimento de valor concernente a honorários de sucumbência.

a.37) Impostos diferidos registrados no passivo não circulante

A Companhia apresenta o imposto de renda e contribuição social diferidos conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Crédito Tributário Ativo (i)	2.475.082	2.528.584
Crédito Tributário Passivo (ii)	8.334.177	8.757.298
Passivo Líquido não circulante	5.859.095	6.228.714

(i) - refere-se a créditos sobre diferenças temporárias (Nota 9).

(ii) - foram determinados pela aplicação da alíquota combinada de 34% sobre custo atribuído apurado (deemed cost) e diferença de depreciação entre o critério fiscal e a nova vida útil.

a.38) Patrimônio líquido

a.38.1 Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2019, é composto por 4.212.530 ações ordinárias e 4.924.733 ações preferenciais (4.212.530 ações ordinárias e 4.924.733 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2018), totalmente subscrito e integralizado, todas sem valor nominal. A companhia mantém em tesouraria 151.500 ações preferenciais de sua emissão (132.400 ações em 31 de dezembro de 2018).

Na data de 31 de dezembro de 2019, as ações preferenciais da Metisa (MTSA4) eram negociadas na Bolsa de Valores (B3), pelo valor de R\$ 23,49 (vinte e três reais e quarenta e nove centavos) por ação preferencial, apesar do valor patrimonial contábil ser de R\$ 26,88 (vinte e seis reais e oitenta e oito centavos). A diferença do valor de negociação da ação preferencial no mercado de ações

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

versus o seu valor patrimonial contábil não é considerado, pela Administração, um indicativo de desvalorização dos ativos da Companhia, mas sim uma circunstância do mercado de ações, que pode representar uma oscilação para mais ou para menos em relação ao seu valor patrimonial contábil.

a.38.2 Dividendos e juros sobre capital próprio

-O Conselho de Administração, em 24 de abril de 2019, aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio, que serão imputados aos dividendos obrigatórios de que trata o artigo 202, da Lei 6.404/76, calculados na forma da lei e em consonância com as disposições estatutárias, representando valores brutos, de R\$ 0,40 por ação preferencial e R\$ 0,36 por ação ordinária, para início de pagamento em 06 de junho de 2019.

-Em 07 de novembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio, que serão imputados aos dividendos obrigatórios de que trata o artigo 202, da Lei 6.404/76, calculados na forma da lei e em consonância com as disposições estatutárias, representando valores brutos, de R\$ 0,40 por ação preferencial e R\$ 0,36 por ação ordinária, para início de pagamento em 17 de dezembro de 2019, cujo montante anual é abaixo demonstrado:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	18.000.782	16.335.466
Reserva legal	(900.039)	(816.773)
Reserva de incentivos fiscais	(567.621)	(198.774)
Lucro líquido ajustado	16.533.122	15.319.919
Juros sobre o capital próprio	6.855.608	5.600.409
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	41,47	36,55

Aos Acionistas é assegurada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade no direito ao recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de pelo menos 10 % (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

a.38.3 Reservas de lucros

- Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

- Retenção de lucros

Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal, da proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro.

O saldo remanescente do lucro líquido, no montante de R\$ 9.677.514, será mantido em conta de reserva de lucros, para futuros investimentos e manutenção do capital de giro, conforme orçamento de capital.

- Reservas de Incentivos Fiscais

Os incentivos fiscais são registrados diretamente no resultado, sendo posteriormente, quando do encerramento das demonstrações financeiras, constituídos como Reserva de incentivos fiscais no grupo Reservas de lucros.

a.39) Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Mercado Interno	251.107.852	231.242.781	252.999.946	231.360.938
Mercado Externo	80.848.187	81.632.569	80.848.187	81.632.569

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

(-) Ajuste CPC 47 - Receitas	(36.732)	(207.632)	(36.732)	(207.632)
(-) Impostos sobre Vendas	(44.906.688)	(42.047.852)	(45.014.537)	(42.055.532)
	287.012.619	270.619.822	288.796.864	270.730.343

a.40) Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas com pessoal	5.861.493	5.401.531	5.869.250	5.411.357
Despesas com serviços de terceiros	1.246.565	1.778.677	1.250.565	1.782.933
Honorários Conselho Fiscal	380.230	365.521	380.230	365.521
Honorários dos Administradores	5.594.920	5.361.900	5.630.320	5.411.032
Participação no lucro dos empregados	997.806	935.355	997.806	935.355
Participação no lucro dos Administradores	2.054.413	1.827.111	2.054.413	1.827.111
Gastos com materiais gerais	964.818	1.065.722	979.518	1.071.474
Outras despesas	2.620.510	2.463.400	2.675.624	2.511.650
	19.720.755	19.199.217	19.837.726	19.316.433

a.41) Despesas com vendas

	Controladora /Consolidado	
	2019	2018
Despesas variáveis de vendas	24.101.346	22.193.701
Despesas com pessoal	5.098.672	5.258.058
Despesas com propaganda e publicidade	1.886.901	1.413.423
Despesas com viagens	355.811	327.564
Provisão para devedores duvidosos	923.200	1.385.692
Outras despesas	654.863	883.510
	33.020.793	31.461.948

a.42) Resultado financeiro

Receitas Financeiras	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Juros de mora	2.059.816	1.556.349	2.059.818	1.556.391
Descontos	112.273	90.639	112.273	90.639
Dividendos e JSCP	406.094	398.579	406.094	398.579
Variações cambiais de exportação	10.272.470	12.381.041	10.272.470	12.381.041
Receita de títulos e valores mobiliários	3.479.005	4.985.934	3.479.005	4.985.934
Receita aplicações financeiras	3.601.408	3.479.874	3.633.515	3.482.606
Outras variações monetárias	76.048	113.082	76.048	113.082
Reversão de perdas com contas a receber	124.600	187.975	124.600	187.975
	20.131.714	23.193.473	20.163.823	23.196.247

Despesas Financeiras	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
IOF/ PIS/COFINS	518.724	547.868	518.728	547.868
Juros	1.014.646	953.981	1.014.646	954.026
Despesas bancárias	366.523	537.846	367.373	539.172
Descontos/deságios	98.949	85.145	98.949	85.145

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Variações cambiais	9.976.553	13.423.808	9.976.553	13.423.808
Perdas com títulos e valores mobiliários	1.557.457	2.516.083	1.557.457	2.516.083
	13.532.852	18.064.731	13.533.706	18.066.102

Resultado financeiro líquido	6.598.862	5.128.742	6.630.117	5.130.145
-------------------------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

a.43) Lucro líquido por ação

Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, excluindo as ações mantidas em tesouraria.

a.44) Segmentos operacionais

A Companhia atua no segmento metalúrgico, produzindo artefatos de aço para diversos usos, entre os quais se destacam peças de penetração no solo, utilizadas por máquinas de terraplanagem, peças para máquinas e implementos agrícolas, entre os quais sobressaem os discos para uso em tais equipamentos e lâminas para corte de pedras. A Companhia, ainda, produz diversos outros artefatos, tais como talas de junção para trilhos ferroviários, pás e cavadeiras, peças para implementos rodoviários e arruelas. As instalações industriais da Companhia são extremamente versáteis e um mesmo conjunto de equipamentos pode fabricar materiais que integram “linhas de produtos” diferentes. As linhas de produtos são definidas em função de seu uso e correspondente mercado, não se constituindo em setores fabris separados e bem identificados, e para os quais se possam desenvolver demonstrações financeiras individualizadas. Em decorrência, a Companhia explora um único segmento operacional.

a.45) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a.45.1 Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a.45.2 Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, a provisão para crédito de liquidação duvidosa conforme demonstrado na Nota 5.

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

melhorar o nível de recuperação do crédito, análise do contas a receber por vencimento e as garantias.

a.45.3 Exposição a riscos de créditos

O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras é assim composto:

	Consolidado	
	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	76.932.543	49.695.378
Títulos e valores mobiliários	12.187.117	10.150.018
Contas a receber	61.531.025	55.368.674

a.45.4 Perdas por redução no valor recuperável

O contas a receber, na data das demonstrações financeiras, tem a seguinte posição por vencimento:

	Consolidado	
	2019	2018
A vencer	50.494.391	40.817.712
Vencidos:		
De 0 a 30 dias	5.615.926	9.240.521
De 31 a 90 dias	1.266.217	1.575.290
De 91 a 180 dias	509.194	610.971
De 181 a 360 dias	-	255.198
Acima de 360 dias	3.645.297	2.868.982
	61.531.025	55.368.674

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado (Nota 21). Quando não existe expectativa de recuperação de numerário, os valores creditados lançados na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" são revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

- Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

- Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado de matérias primas e insumos utilizadas no processo de produção, principalmente o preço do aço. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques reguladores desta matéria-prima.

- Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (Notas 3 e 4) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os valores equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

- *Risco de taxa de câmbio*

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia nas contas a receber advindas de vendas ao mercado externo (Nota 5).

A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a necessidade de contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

- *Risco operacional*

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

a.45.5 Instrumentos financeiros

Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis estão apresentados no balanço patrimonial nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa - Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curtíssimo prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.
- Títulos e valores mobiliários - Tratam-se de ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. São contabilizadas no resultado as variações de valor justo e os saldos são demonstrados ao valor justo.
- Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas quando aplicável.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

- Empréstimos e financiamentos - São classificados como passivos financeiros considerado valor justo de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes específicas para financiamento.

a.45.6 Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento.

a.45.7 Análise de sensibilidade

- Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

- Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras.

a.45.8 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

a.45.9 Outras receitas operacionais

As outras receitas operacionais são decorrentes da venda de ativos não circulantes e da recuperação de tributos pagos a maior.

a.46) Cobertura de seguros (não auditado)

De acordo com a natureza de suas atividades e considerando as medidas preventivas adotadas em caráter permanente, com base na característica dos bens, a Companhia mantém seguros contratados, no valor de R\$ 45.138.936. Esse montante de cobertura é considerado suficiente pelos Administradores da Companhia.

a.47) Eventos Subsequentes

Em atendimento ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP 02/2020, vimos informar que, provavelmente, a Companhia irá sofrer impactos em seus resultados dado a pandemia instalada, mas que até a presente data ainda não é possível quantificar tais efeitos, visto que todos seus insumos são produzidos em território nacional e nas vendas ao mercado externo não foram observados dados negativos, mas se houverem, a alta do dólar poderá, eventualmente, atenuar tais impactos.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas BR GAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas neste Formulário em seu item 10.4.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

Os Administradores da Companhia acreditam que o grau de eficiência dos controles internos são adequados e que sejam capazes de assegurar a confiabilidade na elaboração das Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas.

O relatório do Auditor Independente, sobre as Demonstrações Financeiras, não apontou deficiências ou recomendações no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

Não aplicável ao Emissor.

10.8 - Plano de Negócios

Não se aplica ao Emissor.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Não se aplica ao Emissor.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

Não aplicável ao Emissor.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

Não aplicável ao Emissor.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1. Descrição da Estrutura Administrativa

- DA ADMINISTRAÇÃO -

- A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva;
- O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) membros e no máximo, por até 9 (nove) membros, efetivos e respectivos suplentes, todos Acionistas, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária;
- A Diretoria Executiva será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 4 (quatro) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente e 3 (três) Diretores sem designação especial, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração. É obrigatório o provimento do cargo de Diretor Presidente;
- Os Administradores serão eleitos pelo prazo de 1 (hum) ano, podendo ser reeleitos e permanecerão em seus cargos até serem regularmente substituídos.

- DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO -

O Conselho de Administração deliberará com um quorum mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) de seus membros, exceto no caso de eleição e destituição do Diretor Presidente e das matérias consignadas nos itens VI, VII, VIII e XIII do Artigo 25º deste Estatuto, quando será necessária a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) de seus membros.

Em caso de empate, o Presidente do Conselho, além de seu voto, terá o voto de desempate.

- O Presidente e o Vice-presidente do Conselho de Administração serão eleitos dentre seus membros, na primeira reunião do Conselho de Administração. Para eleição do Presidente e do Vice-presidente serão necessários os votos da maioria absoluta dos Conselheiros presentes. Não havendo quorum conforme disposto no Artigo 21º deste Estatuto, se fará nova reunião do Conselho no 10º (décimo) dia útil seguinte, independentemente de convocação. Persistindo a falta de quorum, será convocada Assembléia Geral dos Acionistas.

- O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. As reuniões serão convocadas por escrito mediante carta, mensagem eletrônica ou fax, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, devendo a convocação especificar claramente as matérias que constarão da ordem do dia.

A reunião do Conselho de Administração será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, ou pelo Vice-Presidente ou por dois Conselheiros, sempre nessa ordem obrigatoriamente.

- Qualquer matéria de competência do Conselho de Administração será considerada aprovada desde que tenha obtido o voto da maioria dos Conselheiros presentes, exceção feita quando da eleição ou destituição do Diretor Presidente, para o que será necessária a aprovação de no mínimo dois terços dos conselheiros presentes.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Cada um dos Conselheiros poderá se fazer representar através de procuração, nas Reuniões do Conselho de Administração.

- Em caso de renúncia, afastamento necessário ou morte de qualquer membro do Conselho de Administração, as substituições serão sempre efetuadas pelo respectivo suplente, se houver. Não havendo suplente para proceder a substituição, a eleição será realizada pela Assembléia Geral no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que deu causa à substituição. Se a eleição do Conselho de Administração se verificou através da adoção do processo de voto múltiplo, proceder-se-á a eleição de todo o Conselho;

- Em razão do que dispõe o parágrafo segundo anterior, o suplente de um Conselheiro não poderá servir de suplente de outro, pelo que, quando da eleição a designação de suplente deverá estar perfeitamente configurada junto com o Conselheiro efetivo;

- Em qualquer caso de substituição, o substituto completará o prazo de gestão do substituído.

- Compete ao Conselho de Administração, observado o quorum de aprovação definido no Artigo 21º:

I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas subsidiárias integrais;

II - eleger, destituir, aceitar renúncias, substituir e fixar as atribuições dos Diretores da Companhia e de suas subsidiárias integrais;

III - fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia e de suas subsidiárias integrais, examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e de suas subsidiárias integrais, solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em vias de celebração a qualquer tempo, pela Companhia ou suas subsidiárias integrais;

IV - convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, quando julgar conveniente e nos casos previstos em Lei, observado o disposto no artigo 14º deste Estatuto Social;

V - manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria;

VI - autorizar a Diretoria da Companhia ou de suas subsidiárias integrais a:

a) contratar operações relativas a empréstimos e financiamentos de longo prazo, acima de 365 dias, que individualmente ultrapassem o valor equivalente a 1,5% (um e meio por cento) e, acumuladamente, a 3,0% (três por cento) do montante do Patrimônio Líquido constante do balancete da Companhia, relativo ao trimestre civil imediatamente anterior às operações realizadas;

b) realizar investimentos em valores que, individualmente, ultrapassem a 1,5% (um e meio por cento) e, acumuladamente, a 3,0% (três por cento) do montante do Patrimônio Líquido constante do balancete da Companhia, relativo ao trimestre civil imediatamente anterior às operações realizadas;

c) alienar bens do Ativo Permanente, cujo valor individual ultrapasse o equivalente a 1,5% (um e meio por cento) e, acumuladamente, a 3,0% (três por cento) do montante do Patrimônio Líquido constante do balancete da Companhia, relativo ao trimestre civil imediatamente anterior às operações realizadas;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

d) prestação de garantias em favor de terceiros, no interesse da Companhia, cujo valor individual ultrapasse o equivalente a 1,5% (um e meio por cento) e, acumuladamente, a 3,0% (três por cento) do montante do Patrimônio Líquido constante do balancete da Companhia, relativo ao trimestre civil imediatamente anterior às operações realizadas.

VII - autorizar, previamente, a Diretoria da Companhia ou de suas subsidiárias integrais a contratar operações relativas a empréstimos e financiamentos de curto prazo, até 365 dias, quando, na data da assinatura de tais contratos, o nível de endividamento financeiro da Companhia a curto e a longo prazo, for igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do montante do patrimônio líquido constante do balancete da Companhia no trimestre civil imediatamente anterior às operações realizadas;

VIII - escolher e destituir Auditores Independentes da Companhia e das subsidiárias integrais, se for o caso;

IX - cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, as deliberações da Assembléia Geral e zelar pelo perfeito funcionamento da Companhia e de suas subsidiárias integrais;

X - aprovar a estrutura organizacional da Companhia e de suas subsidiárias integrais, estabelecendo os respectivos organogramas de funcionamento;

XI - autorizar a aquisição das próprias ações para efeito de permanência em tesouraria, e posterior alienação, nos casos previstos em lei;

XII - aprovar as demonstrações financeiras das subsidiárias integrais e ou coligadas, bem como eleger, destituir, aceitar renúncias de seus administradores, fixando-lhes as respectivas remunerações;

XIII - aprovar aumentos de capital social dentro do limite autorizado, fixando inclusive o preço de emissão das ações e demais condições do aumento;

IX - aprovar "ad referendum" da Assembléia Geral, a distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, podendo estes serem imputados aos dividendos, obedecidas as determinações legais e estatutárias.

- DA DIRETORIA -

- A Diretoria terá poderes de representação, administração e gestão dos negócios sociais, podendo decidir sobre a prática de todos os atos e realizar todas as operações que se relacionem com o objeto da Companhia, observadas as atribuições que o Conselho de Administração tenha estabelecido em relação a cada um dos Diretores, e que não forem de competência privativa da Assembléia Geral, ou que dependam de autorização do Conselho de Administração;

- A Diretoria se reunirá sempre que for convocada pelo Diretor Presidente, ou na sua ausência, pelo seu substituto, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos. Em caso de empate, o Presidente, além do seu, terá o voto de desempate. Os votos dissidentes constarão em ata e serão levados ao conhecimento do Conselho de Administração;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- As deliberações constarão do livro de atas de reuniões da Diretoria;
- No caso de ausência, impedimento temporário ou vacância de cargo de Diretor desde que mantido o número mínimo previsto no Artigo 19º, o substituto será escolhido pelo Conselho de Administração, dentre os Diretores remanescentes. Se a vacância resultar na diminuição do número mínimo previsto, o Conselho promoverá no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento, a eleição do substituto, que completará a gestão do substituído.

Compete:

- I - Ao Diretor Presidente:

- a) representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, receber citação inicial, transigir em ações judiciais e praticar atos no interesse da Companhia;
- b) servir de elo de ligação entre os membros da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração, inclusive no recebimento e encaminhamento de documentos e correspondências de interesse da Companhia;
- c) controlar o desempenho de todas as áreas da Companhia;
- d) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- e) substituir o Diretor de Relações com Investidores nas suas ausências e impedimentos;

- II - Aos Diretores sem Designação Especial:

Compete aos Diretores sem designação especial, as atribuições que lhes forem conferidas pelo Conselho de Administração;

- As funções inerentes a Diretor de Relações com Investidores serão atribuídas pelo Conselho de Administração a um Diretor, cabendo-lhe a representação da Companhia perante o Mercado de Valores Mobiliários, Bolsa de Valores e Comissão de Valores Mobiliários.

- A Diretoria poderá delegar formalmente a gerentes e funcionários da Companhia poderes para assumir obrigações ativas e passivas, desde que os limites de tais delegações sejam claramente definidos.

- Qualquer Diretor poderá, praticar individualmente atos de rotina perante instituições públicas e privadas.

- DO CONSELHO FISCAL -

- A Companhia terá um Conselho Fiscal, que somente funcionará nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de Acionistas que representem no mínimo 0,1 (um décimo) das ações com direito a voto, ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto. Os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes serão eleitos pela Assembléia Geral em que for formulado o pedido de funcionamento e a sua remuneração será fixada pela Assembléia Geral que os elegeu, nunca inferior à prevista em lei, aplicando-se com relação às investidas, o que dispõe o artigo 149, parágrafo único da Lei nº 6.404/76 e legislação posterior.

- O Conselho Fiscal terá as atribuições previstas em Lei e será composto de 5 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, Acionistas ou não, residentes no país, cujos mandatos iniciar-se-ão na Assembléia em que forem eleitos e terminarão na primeira Assembléia Geral Ordinária, após sua instalação. Na primeira reunião do Conselho Fiscal que ocorrer após sua

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

instalação, os membros escolherão, entre si, o Presidente do Conselho Fiscal, o que se fará por maioria simples dos votos dos presentes;

- Em caso de impedimento, ausência ou vacância de cargo, o suplente substituirá o seu respectivo efetivo, automaticamente;

- O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente uma vez por trimestre;

- As reuniões serão convocadas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis sob protocolo e por escrito pelo Presidente do Conselho Fiscal. As reuniões poderão ser convocadas por qualquer dos Conselheiros, caso o Presidente do Conselho Fiscal não convocar a reunião ordinária ou retardar por mais de 15 (quinze) dias úteis a convocação da reunião extraordinária solicitada por qualquer dos Conselheiros;

- As reuniões serão instaladas com a presença de no mínimo 3 (três) de seus membros efetivos, deliberando por maioria de votos;

- Das reuniões serão lavradas as respectivas atas e lançadas no livro de reuniões do Conselho Fiscal, encaminhando-se cópias das mesmas ao Conselho de Administração.

Não existem quaisquer tipos de mecanismos de avaliação de desempenho dos órgãos mencionados acima.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2. Regras, Políticas e Práticas Relativas à Assembléias Gerais

- ASSEMBLÉIAS GERAIS –

Anualmente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, haverá uma Assembléia Geral Ordinária para:

- tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
 - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
 - eleger os Administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso;
 - aprovar a correção de expressão monetária do capital social.
- A convocação da Assembléia Geral, far-se-á mediante anúncios publicados pela imprensa, na forma da lei, e deles deverá constar, além de local, data e hora da Assembléia, a ordem do dia, e quando da reforma do Estatuto, a indicação da matéria.
- A Assembléia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, ou pelo Vice-Presidente ou por dois Conselheiros, sempre nesta ordem, obrigatoriamente.
- A Assembléia Geral pode ainda ser convocada pelo Conselho Fiscal ou pelos Acionistas, nas exceções legais previstas.
- A Assembléia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou na sua ausência por outro Conselheiro, por ele indicado. Não havendo indicação, assumirá a Presidência o Vice-Presidente do Conselho, ou na sua falta, por quem for escolhido substituto pelos Acionistas presentes, cabendo-lhes convidar 1 (um) ou mais Secretários.
- Observar-se-á quando da instalação da Assembléia Geral a ordem dos trabalhos e o quorum para as deliberações estabelecidas para o exame, discussão e aprovação das matérias previstas no edital de convocação.
- As pessoas presentes à Assembléia Geral deverão provar sua qualidade de Acionistas ou de Representantes, na forma prevista em Lei.
- Depende da aprovação de Acionistas, representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social votante, deliberação em Assembléia Geral Extraordinária sobre as seguintes matérias:
- em aumento de capital social não decorrente da correção da sua expressão monetária;
 - criação de partes beneficiárias, emissão de bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações;
 - mudança do objeto da Companhia;
 - incorporação da Companhia com outras, sua fusão ou cisão;
 - dissolução da Companhia ou cessação do estado de liquidação;
 - participação em grupos de Sociedades.
- A remuneração dos Administradores será fixada por Assembléia Geral;

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

- Os Administradores além da remuneração a ser estabelecida anualmente pela Assembléia Geral, farão jus a uma participação de até 10% (dez por cento) dos lucros da Companhia, observadas as condições previstas em Lei;
- A verba para honorários, assim como a percentagem fixada para a participação nos lucros do exercício social, serão globais, ficando a sua distribuição entre Conselheiros e Diretores, a critério do Conselho de Administração, pela decisão da maioria de seus membros.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Regras, Políticas e Práticas Relativas ao Conselho de Administração

- CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO –

O Conselho de Administração deliberará com um quorum mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) de seus membros, exceto no caso de eleição e destituição do Diretor Presidente e das matérias consignadas nos itens VI, VII, VIII e XIII do Artigo 25º deste Estatuto, quando será necessária a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) de seus membros.

Em caso de empate, o Presidente do Conselho, além de seu voto, terá o voto de desempate.

O Presidente e o Vice-presidente do Conselho de Administração serão eleitos dentre seus membros, na primeira reunião do Conselho de Administração. Para eleição do Presidente e do Vice-presidente serão necessários os votos da maioria absoluta dos Conselheiros presentes. Não havendo quorum conforme disposto no Artigo 21º deste Estatuto, se fará nova reunião do Conselho no 10º (décimo) dia útil seguinte, independentemente de convocação. Persistindo a falta de quorum, será convocada Assembléia Geral dos Acionistas.

O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. As reuniões serão convocadas por escrito mediante carta, mensagem eletrônica ou fax, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, devendo a convocação especificar claramente as matérias que constarão da ordem do dia.

A reunião do Conselho de Administração será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, ou pelo Vice-Presidente ou por dois Conselheiros, sempre nessa ordem obrigatoriamente.

Qualquer matéria de competência do Conselho de Administração será considerada aprovada desde que tenha obtido o voto da maioria dos Conselheiros presentes, exceção feita quando da eleição ou destituição do Diretor Presidente, para o que será necessária a aprovação de no mínimo dois terços dos conselheiros presentes.

Cada um dos Conselheiros poderá se fazer representar através de procuração, nas Reuniões do Conselho de Administração.

Em caso de renúncia, afastamento necessário ou morte de qualquer membro do Conselho de Administração, as substituições serão sempre efetuadas pelo respectivo suplente, se houver. Não havendo suplente para proceder a substituição, a eleição será realizada pela Assembléia Geral no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que deu causa à substituição. Se a eleição do Conselho de Administração se verificou através da adoção do processo de voto múltiplo, proceder-

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

se-á a eleição de todo o Conselho;

Em razão do que dispõe o parágrafo segundo anterior, o suplente de um Conselheiro não poderá servir de suplente de outro, pelo que, quando da eleição a designação de suplente deverá estar perfeitamente configurada junto com o Conselheiro efetivo;

Em qualquer caso de substituição, o substituto completará o prazo de gestão do substituído.

Compete ao Conselho de Administração, observado o quorum de aprovação definido no Artigo 21º:

- fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas subsidiárias integrais;
- eleger, destituir, aceitar renúncias, substituir e fixar as atribuições dos Diretores da Companhia e de suas subsidiárias integrais;
- fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia e de suas subsidiárias integrais, examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e de suas subsidiárias integrais, solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em vias de celebração a qualquer tempo, pela Companhia ou suas subsidiárias integrais;
- convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, quando julgar conveniente e nos casos previstos em Lei, observado o disposto no artigo 14º deste Estatuto Social;
- manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- autorizar, previamente, a Diretoria da Companhia ou de suas subsidiárias integrais a contratar operações relativas a empréstimos e financiamentos de curto prazo, até 365 dias, quando, na data da assinatura de tais contratos, o nível de endividamento financeiro da Companhia a curto e a longo prazo, for igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do montante do patrimônio líquido constante do balancete da Companhia no trimestre civil imediatamente anterior às operações realizadas;
- escolher e destituir Auditores Independentes da Companhia e das subsidiárias integrais, se for o caso;
- cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, as deliberações da Assembléia Geral e zelar pelo perfeito funcionamento da Companhia e de suas subsidiárias integrais;
- aprovar a estrutura organizacional da Companhia e de suas subsidiárias integrais, estabelecendo os respectivos organogramas de funcionamento;
- autorizar a aquisição das próprias ações para efeito de permanência em tesouraria, e posterior alienação, nos casos previstos em lei;

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

- aprovar as demonstrações financeiras das subsidiárias integrais e ou coligadas, bem como eleger, destituir, aceitar renúncias de seus administradores, fixando-lhes as respectivas remunerações;
- aprovar aumentos de capital social dentro do limite autorizado, fixando inclusive o preço de emissão das ações e demais condições do aumento;
- aprovar “ad referendum” da Assembléia Geral, a distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, podendo estes serem imputados aos dividendos, obedecidas as determinações legais e estatutárias.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

- DA ADMINISTRAÇÃO -

- O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) membros e no máximo, por até 9 (nove) membros, efetivos e respectivos suplentes, todos Acionistas, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária;
- Os Administradores serão eleitos pelo prazo de 1 (hum) ano, podendo ser reeleitos e permanecerão em seus cargos até serem regularmente substituídos.
- A remuneração dos Administradores será fixada por Assembléia Geral;
 - Os Administradores além da remuneração a ser estabelecida anualmente pela Assembléia Geral, farão jus a uma participação de até 10% (dez por cento) dos lucros da Companhia, observadas as condições previstas em Lei;
 - A verba para honorários, assim como a percentagem fixada para a participação nos lucros do exercício social, serão globais, ficando a sua distribuição entre Conselheiros e Diretores, a critério do Conselho de Administração, pela decisão da maioria de seus membros.
- O Conselho de Administração deliberará com um quorum mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) de seus membros, exceto no caso de eleição e destituição do Diretor Presidente e das matérias consignadas nos itens VI, VII, VIII e XIII do Artigo 25º deste Estatuto, quando será necessária a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) de seus membros.
- Em caso de empate, o Presidente do Conselho, além de seu voto, terá o voto de desempate.
- O Presidente e o Vice-presidente do Conselho de Administração serão eleitos dentre seus membros, na primeira reunião do Conselho de Administração. Para eleição do Presidente e do Vice-presidente serão necessários os votos da maioria absoluta dos Conselheiros presentes. Não havendo quorum conforme disposto no Artigo 21º deste Estatuto, se fará nova reunião do Conselho no 10º (décimo) dia útil seguinte, independentemente de convocação. Persistindo a falta de quorum, será convocada Assembléia Geral dos Acionistas.
- O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. As reuniões serão convocadas por escrito mediante carta, mensagem eletrônica ou fax, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, devendo a convocação especificar claramente as matérias que constarão da ordem do dia.
 - A reunião do Conselho de Administração será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, ou pelo Vice-Presidente ou por dois Conselheiros, sempre nessa ordem obrigatoriamente.
- Qualquer matéria de competência do Conselho de Administração será considerada aprovada desde que tenha obtido o voto da maioria dos Conselheiros presentes, exceção feita quando da eleição ou destituição do Diretor Presidente, para o que será necessária a aprovação de no mínimo dois terços dos conselheiros presentes.
- Cada um dos Conselheiros poderá se fazer representar através de procuração, nas Reuniões do Conselho de Administração.
- Em caso de renúncia, afastamento necessário ou morte de qualquer membro do Conselho de Administração, as substituições serão sempre efetuadas pelo respectivo suplente, se houver.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Não havendo suplente para proceder a substituição, a eleição será realizada pela Assembléia Geral no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que deu causa à substituição. Se a eleição do Conselho de Administração se verificou através da adoção do processo de voto múltiplo, proceder-se-á a eleição de todo o Conselho;

- Em razão do que dispõe o parágrafo segundo anterior, o suplente de um Conselheiro não poderá servir de suplente de outro, pelo que, quando da eleição a designação de suplente deverá estar perfeitamente configurada junto com o Conselheiro efetivo;

- Em qualquer caso de substituição, o substituto completará o prazo de gestão do substituído.

- Compete ao Conselho de Administração, observado o quorum de aprovação definido no Artigo 21º:

I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas subsidiárias integrais;

II - eleger, destituir, aceitar renúncias, substituir e fixar as atribuições dos Diretores da Companhia e de suas subsidiárias integrais;

III - fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia e de suas subsidiárias integrais, examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e de suas subsidiárias integrais, solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em vias de celebração a qualquer tempo, pela Companhia ou suas subsidiárias integrais;

IV - convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, quando julgar conveniente e nos casos previstos em Lei, observado o disposto no artigo 14º deste Estatuto Social;

V - manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria;

VI - autorizar a Diretoria da Companhia ou de suas subsidiárias integrais a:

a) contratar operações relativas a empréstimos e financiamentos de longo prazo, acima de 365 dias, que individualmente ultrapassem o valor equivalente a 1,5% (um e meio por cento) e, acumuladamente, a 3,0% (três por cento) do montante do Patrimônio Líquido constante do balancete da Companhia, relativo ao trimestre civil imediatamente anterior às operações realizadas;

b) realizar investimentos em valores que, individualmente, ultrapassem a 1,5% (um e meio por cento) e, acumuladamente, a 3,0% (três por cento) do montante do Patrimônio Líquido constante do balancete da Companhia, relativo ao trimestre civil imediatamente anterior às operações realizadas;

c) alienar bens do Ativo Permanente, cujo valor individual ultrapasse o equivalente a 1,5% (um e meio por cento) e, acumuladamente, a 3,0% (três por cento) do montante do Patrimônio Líquido constante do balancete da Companhia, relativo ao trimestre civil imediatamente anterior às operações realizadas;

d) prestação de garantias em favor de terceiros, no interesse da Companhia, cujo valor individual ultrapasse o equivalente a 1,5% (um e meio por cento) e, acumuladamente, a 3,0% (três por cento) do montante do Patrimônio Líquido constante do balancete da Companhia, relativo ao trimestre civil imediatamente anterior às operações realizadas.

VII - autorizar, previamente, a Diretoria da Companhia ou de suas subsidiárias integrais a contratar operações relativas a empréstimos e financiamentos de curto

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

prazo, até 365 dias, quando, na data da assinatura de tais contratos, o nível de endividamento financeiro da Companhia a curto e a longo prazo, for igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do montante do patrimônio líquido constante do balancete da Companhia no trimestre civil imediatamente anterior às operações realizadas;

VIII - escolher e destituir Auditores Independentes da Companhia e das subsidiárias integrais, se for o caso;

IX - cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, as deliberações da Assembléia Geral e zelar pelo perfeito funcionamento da Companhia e de suas subsidiárias integrais;

X - aprovar a estrutura organizacional da Companhia e de suas subsidiárias integrais, estabelecendo os respectivos organogramas de funcionamento;

XI - autorizar a aquisição das próprias ações para efeito de permanência em tesouraria, e posterior alienação, nos casos previstos em lei;

XII - aprovar as demonstrações financeiras das subsidiárias integrais e ou coligadas, bem como eleger, destituir, aceitar renúncias de seus administradores, fixando-lhes as respectivas remunerações;

XIII - aprovar aumentos de capital social dentro do limite autorizado, fixando inclusive o preço de emissão das ações e demais condições do aumento;

IX - aprovar “ad referendum” da Assembléia Geral, a distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, podendo estes serem imputados aos dividendos, obedecidas as determinações legais e estatutárias.

Não há acordo de acionistas.

Não há regras explícitas sobre identificação e administração de conflitos de interesses, uma vez que não há condições que possam vir a gerar tais conflitos entre os membros do Conselho de Administração. É relevante observar que o interesse de todos os membros do Conselho é o de buscar o melhor resultado para o Emissor, sempre sob as perspectivas de curto, médio e longo prazos.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Amin Omar Massud	22/01/1940	Pertence apenas à Diretoria	24/04/2020	1 ano - até a realização da próxima AGO	22
028.008.028-04	Engenheiro	19 - Outros Diretores	24/04/2020	Sim	0.00%
Não se aplica		Não se aplica			
Patricia Bitelli Scholl Bocaiúva	23/04/1967	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2020	1 ano - até a realização da próxima AGO	26
926.318.787-87	Administradora de Empresas	23 - Conselho de Administração (Suplente)	24/04/2020	Sim	0.00%
Não se aplica					
Antônio João Direne	02/08/1944	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2020	1 ano - até a realização da próxima AGO	23
029.698.317-91	Engenheiro Elétrico	23 - Conselho de Administração (Suplente)	24/04/2020	Sim	0.00%
Não se aplica					
João Casagrande Angelo	28/01/1979	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2020	1 ano - até a realização da próxima AGO	5
004.980.969-55	Engenheiro Mecânico	23 - Conselho de Administração (Suplente)	24/04/2020	Sim	0.00%
Não se aplica					
Edvaldo Casagrande Angelo Junior	29/03/1977	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2020	1 ano - até a realização da próxima AGO	17
004.980.989-07	Engenheiro Mecânico	23 - Conselho de Administração (Suplente)	24/04/2020	Sim	0.00%
Não se aplica					
Otto dos Santos	14/02/1968	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2020	1 ano - até a realização da próxima AGO	3
002.228.567-93	Engenheiro de Produção	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	24/04/2020	Sim	0.00%
Não se aplica					
Flavio Snell	16/11/1943	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2020	1 ano - até a realização da próxima AGO	17
024.614.558-72	Engenheiro Mecânico de Produção	20 - Presidente do Conselho de Admin	24/04/2020	Sim	0.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Não se aplica					
Marcelo Massud	14/02/1964	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2020	1 ano - até a realização da próxima AGO	29
111.575.628-17	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	24/04/2020	Sim	0.00%
Não se aplica					
Márcia Valéria dos Santos Rosa	11/04/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2020	1 ano - até a realização da próxima AGO	29
746.891.187-87	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	24/04/2020	Sim	0.00%
Não se aplica					
Mário Luis Marques	01/08/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2020	1 ano - até a realização da próxima AGO	29
567.391.178-53	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	24/04/2020	Sim	0.00%
Não se aplica					
Ricardo Teixeira Mendes	28/05/1939	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2020	1 ano - até a realização da próxima AGO	31
008.127.228-68	Engenheiro Metalurgista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	24/04/2020	Sim	0.00%
Não se aplica					
Antonio Carneiro Barbosa de Souza	22/01/1970	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2020	1 ano - até a realização da próxima AGO	8
010.414.087-90	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	24/04/2020	Sim	0.00%
Não se aplica					
Richard Passagli de Miranda Borges	11/09/1971	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2020	1 ano - até a realização da próxima AGO	21
003.029.997-79	Advogado	23 - Conselho de Administração (Suplente)	24/04/2020	Sim	0.00%
Não se aplica					

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Leonardo de Aquino Leite	28/04/1972	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2020	1 ano - até a realização da próxima AGO	27
012.291.917-39	Engenheiro de Produção	23 - Conselho de Administração (Suplente)	24/04/2020	Sim	0.00%
Não se aplica					
Norma Suely de Souza	17/04/1953	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2020	1 ano - até a realização da próxima AGO	27
358.311.707-72	Advogada	23 - Conselho de Administração (Suplente)	24/04/2020	Sim	0.00%
Não se aplica					
Diego Paulo Fava Jacobsen	02/09/1978	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2020	1 ano - até a realização da próxima AGO	12
041.177.619-35	Cirurgião Dentista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	24/04/2020	Sim	0.00%
Não se aplica					
Alessandra Casagrande Angelo	05/12/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2020	1 ano - até a realização da próxima AGO	5
806.933.939-04	Administradora de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	24/04/2020	Sim	0.00%
Não se aplica					
Edvaldo Angelo	27/12/1947	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	24/04/2020	1 ano - até a realização da próxima AGO	30
154.761.039-53	Engenheiro Mecânico	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	24/04/2020	Sim	0.00%
Diretor Presidente que acumula as áreas de vendas, tecnologia e recursos humanos. Diretor Superintendente da Subsidiária Integral Metisa Florestal e Energética S.A.					
WILSON HARRISON JACOBSEN	06/03/1950	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	24/04/2020	1 ano - até a realização da próxima AGO	12
180.443.019-68	Advogado	35 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Rel. Invest.	24/04/2020	Sim	0.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Não se aplica					
Marcos de Lima Bocaiuva	05/04/1966	Conselho Fiscal	24/04/2020	1 ano - até a realização da próxima AGO	5
818.960.427-91	Engenheiro	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	24/04/2020	Sim	0.00%
Não se aplica.					
Vinicio Pedro Cemin	31/07/1949	Conselho Fiscal	24/04/2020	1 ano - até a realização da próxima AGO	31
076.486.509-91	Economista e Advogado	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	24/04/2020	Sim	0.00%
Não se aplica.					
Werner Kraus	27/01/1937	Conselho Fiscal	24/04/2020	1 ano - até a realização da próxima AGO	27
003.762.729-53	Corretor de Seguros	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	24/04/2020	Sim	0.00%
Não se aplica.					
Gustavo Daniel Tavares Bastos Gama	23/02/1965	Conselho Fiscal	24/04/2020	1 ano - até a realização da próxima AGO	17
970.754.189-04	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	24/04/2020	Sim	0.00%
Não se aplica.					
Ditmar Kurtz	07/06/1950	Conselho Fiscal	24/04/2020	1 ano - até a realização da próxima AGO	31
006.188.109-00	Engenheiro Agrônomo	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	24/04/2020	Sim	0.00%
Não se aplica.					
Sergio Alberto Moser	08/04/1950	Conselho Fiscal	24/04/2020	1 ano - até a realização da próxima AGO	14
692.989.049-91	Advogado	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	24/04/2020	Sim	0.00%
Não se aplica					
Leopoldo Francisco Raimo	16/01/1944	Conselho Fiscal	24/04/2020	1 ano - até a realização da próxima AGO	7
049.384.888-68	Engenheiro Mecânico de Produção	44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	24/04/2020	Sim	0.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			

Não se aplica					
Alexandre de Macedo Marques Filho	06/03/1972	Conselho Fiscal	24/04/2020	1 ano - até a realização da próxima AGO	17
024.440.317-17	Economista	47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas	24/04/2020	Sim	0.00%
Não se aplica					
Riccardo Ferruccio Gobbo	05/10/1962	Conselho Fiscal	24/04/2020	1 ano - até a realização da próxima AGO	4
021.625.708-58	Engenheiro Civil	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	24/04/2020	Sim	0.00%
Não se aplica					
Ramiro Heise	09/02/1947	Conselho Fiscal	24/04/2020	1 ano - até a realização da próxima AGO	17
003.868.989-87	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	24/04/2020	Sim	0.00%
Não se aplica					

Experiência profissional / Critérios de Independência

Amin Omar Massud - 028.008.028-04

Diretor sem designação com atribuições nas áreas de produção, planejamento e suprimento da METISA Metalúrgica Timboense S.A. - período 1998 até a presente data.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Patricia Bitelli Scholl Bocaiúva - 926.318.787-87

Analista do departamento técnico da Partbank S.A. - empresa de consultoria especializada em avaliação de empresas, análise de mercado, finanças e controles administrativos de empresas - período: 1996 até a presente data.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Antônio João Direne - 029.698.317-91

Diretor da Partbank S.A. - empresa de consultoria especializada em avaliação de empresas, análise de mercado, finanças e controles administrativos de empresas.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

João Casagrande Angelo - 004.980.969-55

Sócio Administrador da empresa Engetubos Industrial de Tubos Ltda - período: 2004 até a presente data.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Edvaldo Casagrande Angelo Junior - 004.980.989-07

Petrobras Petróleo Brasileiro S.A. - Engenheiro de equipamentos plano. Função: coordenador do escritório de projetos.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Otto dos Santos - 002.228.567-93

Sócio da Elite CCVM Ltda - período: 2003 até a presente data. No período de 2007 à janeiro/2018 ocupou o cargo de Diretor Presidente.

Membro do Comitê de Mercado ANBIMA

Membro da Câmara Consultiva de Normas e Supervisão da BM&FBovespa S.A.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Flavio Snell - 024.614.558-72

Diretor Presidente da Partbank Consultoria Econômico-Financeira - empresa de consultoria especializada em avaliação de empresas, análise de mercado, finanças e controles administrativos de empresas.

Presidente do Conselho de Administração da METISA Metalúrgica Timboense S.A.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Marcelo Massud - 111.575.628-17

GLJ Hotéis Ltda - Assessor da Diretoria desde 1994. A empresa possui e explora hotel com instalações na Ilha de Itacuruçá, no litoral do Rio de Janeiro.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Márcia Valéria dos Santos Rosa - 746.891.187-87

Partbank S.A. - empresa de consultoria especializada em avaliação de empresas, análise de mercado, finanças e controles administrativos de empresas. Gerente do departamento técnico - período: 1990 à 2004.

Elite CCVM Ltda - Consultora para assuntos relacionados ao mercado de capitais - período: 2004 até a presente data.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Mário Luis Marques - 567.391.178-53

Caraíbas S.A. Agropecuária, Indústria e Comércio - Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração. Atividade da empresa: criação de gado bovino para corte.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Ricardo Teixeira Mendes - 008.127.228-68

Diretor Vice-Presidente da Partbak Consultoria Econômico-Financeira Ltda - empresa de consultoria especializada em avaliação de empresas, análise de mercado, finanças e controles administrativos de empresas.

Entre os diversos serviços de consultoria prestados nos últimos anos: destacam-se: Metal Data II Geologia e Miberação Ltda, Metal Data S.A., Sindicato Nacional da Indústria de Trefilação e Laminação de Metais

Ferrosos - SICETEL, Associação Brasileira de Fundição - ABIFA, METISA Metalúrgica Timboense S.A..

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Antonio Carneiro Barbosa de Souza - 010.414.087-90

Elite CCVM Ltda - período: 2000 até a presente data. Responsável pela administração e controle de carteiras administrativas, clubes e fundos de investimento.
CPF Factoring - período: 1996 à 2000. Gerente, atuou no controle e gerenciamento de crédito de clientes de pequeno e médio porte.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Richard Passagli de Miranda Borges - 003.029.997-79

Advogado com atuação na área cível, fiscal, administrativa e criminal, atuando nos últimos nove anos nas empresas Elite CCVM Ltda, Ultragas S.A., GLJ Hotéis Ltda, Treu S.A., Elite Assessoria e Consultoria Ltda, Massa Falida da Indacol EPI Ltda, Facs Negócios e Serviços Ltda, Flanel Administração e Participações Ltda..

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Leonardo de Aquino Leite - 012.291.917-39

Diretor de Operações da Elite

CCVM Ltda - período: 2008 até a presente data.

Gerente Operacional da empresa Indacol EPI Ltda - período: 1993 à 1997.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Norma Suely de Souza - 358.311.707-72

Advogada atuando desde 1985 nas empresas Elite CCVM Ltda, GLJ Hotéis Ltda, Facs Negócios e Serviços Ltda e Partbank S.A..

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Diego Paulo Fava Jacobsen - 041.177.619-35

Graduado em Odontologia e Especialista em Radiologia e Imagiologia Odontológica pela Universidade Federal do Estado de Santa Catarina.

Sócio da Cendro Documentação e Radiologia Craniofacial.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Alessandra Casagrande Angelo - 806.933.939-04

Sócia Administradora da empresa Eletromeca Metalúrgica Casagrande Ltda - período: 1998 até a presente data.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Edvaldo Angelo - 154.761.039-53

Diretor Presidente da METISA Metalúrgica Timboense - período: abril/1989 até a presente data.

Vice Presidente do Conselho de Administração da METISA Metalúrgica Timboense S.A..

Conselheiro da Mueller Eletrodomésticos S.A., empresa fabricante de máquinas de lavar roupa, fogões e motores elétricos - período: 2005 à abril/2014.

Presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Timbó - SIMMET.

Diretor da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

WILSON HARRISON JACOBSEN - 180.443.019-68

Diretor de Relações com Investidores da METISA Metalúrgica Timboense S.A..

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Marcos de Lima Bocaiuva - 818.960.427-91

Trabalhou por mais de 20 anos na área financeira de grandes empresas. Atualmente é consultor financeiro de empresas.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Vinício Pedro Cemin - 076.486.509-91

ESCOPEL Contabilidade Ltda.

RABER Indústria e Comércio de Polímeros Ltda.

CEMIN Consultoria e Projetos Econômicos Ltda.

ENERMECO Ltda. - exerceu cargo de administrador, diretor, procurador e em determinadas situações, como responsável técnico profissional.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Werner Kraus - 003.762.729-53

WK Corretora de Seguros Ltda - Sócio

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Gustavo Daniel Tavares Bastos Gama - 970.754.189-04

Escritório de advocacia próprio, especialista em direito empresarial e mestre em saúde e meio-ambiente.

Professor do curso de graduação e pós-graduação da Universidade da Região de Joinville - UNIVILE.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Ditmar Kurtz - 006.188.109-00

Engenheiro agrônomo da EPAGRI - período: 1966 à 1999.

Atualmente aposentado.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Sergio Alberto Moser - 692.989.049-91

Escritório de advocacia próprio, especialista na área notarial e registral.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Leopoldo Francisco Raimo - 049.384.888-68

Consultor da empresa GTS Brasil Consultores Associados - período: 2010 até a presente data.

Sócio Diretor da empresa FGT Representação e Consultoria em Informática - período: 1986 à 2010.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Alexandre de Macedo Marques Filho - 024.440.317-17

Elite CCVM Ltda. - analista de investimentos, responsável pelo departamento técnico na filial de São Paulo - período: 2007 até a presente data.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;

- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;

- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Riccardo Ferruccio Gobbo - 021.625.708-58

FIRPAVI Construtora e Pavimentadora S.A. - Diretor Industrial no período de 1994 à 2001;

Incorporação e Construção de Condomínios Residenciais no período de 2002 até a presente data;

- Não sofreu qualquer condenação criminal;

- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;

- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Ramiro Heise - 003.868.989-87

Heise & Dobner Advogados Associados - Sócio

- Não sofreu qualquer condenação criminal;

- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;

- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Amin Omar Massud - 028.008.028-04	
N/A	
Patricia Bitelli Scholl Bocaiúva - 926.318.787-87	
N/A	
Antônio João Direne - 029.698.317-91	
N/A	
João Casagrande Angelo - 004.980.969-55	
N/A	
Edvaldo Casagrande Angelo Junior - 004.980.989-07	
N/A	
Otto dos Santos - 002.228.567-93	
N/A	
Flavio Snell - 024.614.558-72	
N/A	
Marcelo Massud - 111.575.628-17	
N/A	
Márcia Valéria dos Santos Rosa - 746.891.187-87	
N/A	
Mário Luis Marques - 567.391.178-53	
N/A	

Ricardo Teixeira Mendes - 008.127.228-68

N/A

Antonio Carneiro Barbosa de Souza - 010.414.087-90

N/A

Richard Passagli de Miranda Borges - 003.029.997-79

N/A

Leonardo de Aquino Leite - 012.291.917-39

N/A

Norma Suely de Souza - 358.311.707-72

N/A

Diego Paulo Fava Jacobsen - 041.177.619-35

N/A

Alessandra Casagrande Angelo - 806.933.939-04

N/A

Edvaldo Angelo - 154.761.039-53

N/A

WILSON HARRISON JACOBSEN - 180.443.019-68

N/A

Marcos de Lima Bocaiuva - 818.960.427-91

N/A

Vinício Pedro Cemin - 076.486.509-91

N/A

Werner Kraus - 003.762.729-53

N/A

Gustavo Daniel Tavares Bastos Gama - 970.754.189-04

N/A

Ditmar Kurtz - 006.188.109-00

N/A

Sergio Alberto Moser - 692.989.049-91

N/A

Leopoldo Francisco Raimo - 049.384.888-68

N/A

Alexandre de Macedo Marques Filho - 024.440.317-17

N/A

Riccardo Ferruccio Gobbo - 021.625.708-58

N/A

Ramiro Heise - 003.868.989-87

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Administrador do emissor ou controlada

Marcelo Massud Membro Efetivo do Conselho de Administração	111.575.628-17	Metisa Metalúrgica Timboense S.A.	86.375.425/0001-09	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
---	----------------	-----------------------------------	--------------------	--

Pessoa relacionada

Flavio Snell Presidente do Conselho de Administração	024.614.558-72	Metisa Metalúrgica Timboense S.A.	86.375.425/0001-09	
---	----------------	-----------------------------------	--------------------	--

Observação

O Conselheiro Marcelo Massud é sobrinho do Presidente do Conselho de Administração, Flavio Snell.

Administrador do emissor ou controlada

Alessandra Casagrande Angelo Membro Efetivo do Conselho de Administração	806.933.939-04	Metisa Metalúrgica Timboense S.A.	86.375.425/0001-09	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
---	----------------	-----------------------------------	--------------------	--

Pessoa relacionada

Edvaldo Angelo Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração	154.761.039-53	Metisa Metalúrgica Timboense S.A.	86.375.425/0001-09	
---	----------------	-----------------------------------	--------------------	--

Observação

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2019**Administrador do Emissor**

Edvaldo Angelo Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração	154.761.039-53	Prestação de serviço	Controlada Direta
---	----------------	----------------------	-------------------

Pessoa Relacionada

Metisa Florestal e Energética S.A. Diretor	75.775.676/0001-56		
---	--------------------	--	--

Observação**Administrador do Emissor**

WILSON HARRISON JACOBSEN Diretor de Relações com Investidores e Membro Efetivo do Conselho de Administração	180.443.019-68	Prestação de serviço	Controlada Direta
--	----------------	----------------------	-------------------

Pessoa Relacionada

Metisa Florestal e Energética S.A. Diretor Superintendente	75.775.676/0001-56		
---	--------------------	--	--

Observação**Administrador do Emissor**

Flavio Snell Presidente do Conselho de Administração	024.614.558-72	Prestação de serviço	Controlador Direto
---	----------------	----------------------	--------------------

Pessoa Relacionada

Partbank Consultoria Econômico-Financeira Ltda Diretor Presidente	29.557.386/0002-08		
--	--------------------	--	--

Observação**Administrador do Emissor**

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Ricardo Teixeira Mendes Membro Efetivo do Conselho de Administração	008.127.228-68	Prestação de serviço	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> Partbank Consultoria Econômico-Financeira Ltda Diretor Vice-Presidente	29.557.386/0002-08		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Márcia Valéria dos Santos Rosa Membro Efetivo do Conselho de Administração	746.891.187-87	Prestação de serviço	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> Partbank Consultoria Econômico-Financeira Ltda Gerente do Departamento Técnico	29.557.386/0002-08		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Mário Luis Marques Membro Efetivo do Conselho de Administração	567.391.178-53	Subordinação	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u> Caraíbas S.A. Agropecuária, Indústria e Comércio Diretor	01.456.243/0001-00		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Exercício Social 31/12/2018			
<u>Administrador do Emissor</u> Edvaldo Angelo	154.761.039-53	Prestação de serviço	Controlada Direta

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Metisa Florestal e Energética S.A.	75.775.676/0001-56		
Diretor			
Observação			

Administrador do Emissor			
WILSON HARRISON JACOBSEN	180.443.019-68	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores e Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Metisa Florestal e Energética S.A.	75.775.676/0001-56		
Diretor Superintendente			
Observação			

Administrador do Emissor			
Flavio Snell	024.614.558-72	Prestação de serviço	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Partbank Consultoria Econômico-Financeira Ltda	29.557.386/0002-08		
Diretor Presidente			
Observação			

Administrador do Emissor			
Ricardo Teixeira Mendes	008.127.228-68	Prestação de serviço	Controlador Direto
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Partbank Consultoria Econômico-Financeira Ltda	29.557.386/0002-08		

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Diretor Vice-Presidente

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Márcia Valéria dos Santos Rosa

746.891.187-87

Prestação de serviço

Controlador Direto

Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Partbank Consultoria Econômico-Financeira Ltda

29.557.386/0002-08

Gerente do Departamento Técnico

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Mário Luis Marques

567.391.178-53

Subordinação

Controlador Indireto

Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Caraíbas S.A. Agropecuária, Indústria e Comércio

01.456.243/0001-00

Diretor

Observação**Exercício Social 31/12/2017**Administrador do Emissor

Edvaldo Angelo

154.761.039-53

Prestação de serviço

Controlada Direta

Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Metisa Florestal e Energética S.A.

75.775.676/0001-56

Diretor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

ObservaçãoAdministrador do Emissor

WILSON HARRISON JACOBSEN
Diretor de Relações com Investidores e Membro Efetivo do Conselho de Administração

180.443.019-68

Prestação de serviço

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Metisa Florestal e Energética S.A.
Diretor Superintendente

75.775.676/0001-56

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Flavio Snell
Presidente do Conselho de Administração

024.614.558-72

Prestação de serviço

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

Partbank Consultoria Econômico-Financeira Ltda
Diretor Presidente

29.557.386/0002-08

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Ricardo Teixeira Mendes
Membro Efetivo do Conselho de Administração

008.127.228-68

Prestação de serviço

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

Partbank Consultoria Econômico-Financeira Ltda
Diretor Vice-Presidente

29.557.386/0002-08

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Ricardo Teixeira Mendes Membro Efetivo do Conselho de Administração	008.127.228-68	Prestação de serviço	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Ricardo Teixeira Mendes Presta serviços de assessoria à Diretoria do Emissor na análise de novos negócios, análise de cunho mercadológico sobre produtos de interesse do Emissor, coordenação de estudos de apoio dos interesses da Companhia junto ao Governo e suas esferas administrativas e coordenação de processos técnico-administrativos a serem apresentados à órgãos oficiais.	008.127.228-68		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Márcia Valéria dos Santos Rosa Membro Efetivo do Conselho de Administração	746.891.187-87	Prestação de serviço	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Partbank Consultoria Econômico-Financeira Ltda Gerente do Departamento Técnico	29.557.386/0002-08		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Mário Luis Marques Membro Efetivo do Conselho de Administração	567.391.178-53	Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
Caraíbas S.A. Agropecuária, Indústria e Comércio Diretor	01.456.243/0001-00		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Mário Luis Marques Membro Efetivo do Conselho de Administração	567.391.178-53	Subordinação	Controlador Indireto

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Caraíbas S.A. Agropecuária, Indústria e Comércio	01.456.243/0001-00		
Diretor			
<u>Observação</u>			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

Não se aplica ao Emissor.

12.12 - Outras informações relevantes

As Assembléias realizadas nos últimos 3 anos foram instaladas em primeira convocação com o seguinte quórum:

AGO	24.04.2020	98,6893% ordinárias	36,3528% preferenciais
AGO/E	25.04.2019	98,70% ordinárias	35,60% preferenciais
AGO	25.04.2018	99,39% ordinárias	37,42% preferenciais

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

A Companhia não possui uma política formalizada mas, adota na prática, oferecer a seus Administradores uma remuneração equivalente a praticada no mercado, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado a suas funções, e sua competência e reputação profissional.

a) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os elementos da remuneração são: honorários fixos dentro do limite máximo, definido pela Assembleia Geral Ordinária que no caso do emissor está proposto, em no máximo até 2,5% da Receita Bruta Operacional, aprovados anualmente, e posteriormente, fixados individualmente, pelo Conselho de Administração a cada membro; remuneração variável - participação nos lucros, dependendo do resultado do exercício, limitado, segundo o Estatuto Social da Companhia e conforme o Artigo 152º da Lei Nº 6.404/1976, a 10% do Lucro Líquido.

A Companhia, em decorrência destes critérios de remuneração, objetiva a retribuição pelos serviços prestados levando em consideração as responsabilidades do cargo, o tempo dedicado às suas funções, competência e reputação profissional e o valor dos serviços no mercado e o reconhecimento pelos resultados atingidos.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

	<u>2017 (%)</u>	<u>2018 (%)</u>	<u>2019 (%)</u>
Honorários	79,5	78,3	75,4
Participação nos Lucros	20,5	21,7	24,6

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os honorários individuais são definidos anualmente pelo Conselho de Administração e são baseados em práticas de mercado.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração da Companhia para seus Administradores, conforme já assinalado, é baseada em práticas de mercado e em consonância com os objetivos da Companhia.

b) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

O indicador de desempenho levado em consideração na determinação da remuneração variável dos Administradores é o Lucro Líquido do exercício.

c) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração dos Administradores é dividida entre uma parte fixa, correspondente ao Pro Labore e uma parcela variável proporcional ao Lucro Líquido obtido. A maior ou menor participação da remuneração variável, observado o limite legal, reflete o indicador de desempenho da Administração do emissor – o Lucro Líquido, objetivo final de uma sociedade de caráter empresarial.

d) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política da Companhia leva em consideração, conforme já mencionado, as responsabilidades de cada Administrador, o tempo dedicado a suas funções, sua competência e reputação profissional, remuneração de seus serviços no mercado e os interesses dos Acionistas do emissor.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

e) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladoras diretos ou indiretos

Uma subsidiária integral da Companhia remunera a título de honorários fixos, 2 (dois) Diretores do emissor. Os valores da remuneração representaram no exercício de 2019 um total de R\$ 35.400,00.

f) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não aplicável ao Emissor.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	3,00	5,00	17,00
Nº de membros remunerados	9,00	3,00	5,00	17,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.121.000,00	2.474.000,00	380.000,00	5.975.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	624.200,00	494.800,00	76.000,00	1.195.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS Contribuição à Previdência Social	INSS Contribuição à Previdência Social	INSS Contribuição à Previdência Social	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	1.037.000,00	1.017.000,00	0,00	2.054.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	207.400,00	203.400,00	0,00	410.800,00
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS Contribuição à Previdência Social	INSS Contribuição à Previdência Social		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	4.989.600,00	4.189.200,00	456.000,00	9.634.800,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	3,00	5,00	17,00
Nº de membros remunerados	9,00	3,00	5,00	17,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.934.000,00	2.591.000,00	360.000,00	5.885.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	586.800,00	518.200,00	72.000,00	1.177.000,00

Descrição de outras remunerações fixas	INSS Contribuição à Previdência Social	INSS Contribuição à Previdência Social	INSS Contribuição à Previdência Social	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	941.000,00	886.000,00	0,00	1.827.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	188.200,00	177.200,00	0,00	365.400,00
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS Contribuição à Previdência Social	INSS Contribuição à Previdência Social		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	4.650.000,00	4.172.400,00	432.000,00	9.254.400,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	3,00	5,00	17,00
Nº de membros remunerados	9,00	3,00	5,00	17,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.934.000,00	2.591.000,00	360.000,00	5.885.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	586.800,00	518.200,00	72.000,00	1.177.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS Contribuição à Previdência Social	INSS Contribuição à Previdência Social	INSS Contribuição à Previdência Social	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	765.036,00	720.470,00	0,00	1.485.506,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	153.007,00	144.094,00	0,00	297.101,00

Descrição de outras remunerações variáveis	INSS Contribuição à Previdência Social	INSS Contribuição à Previdência Social		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	4.438.843,00	3.973.764,00	432.000,00	8.844.607,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	3,00	5,00	17,00
Nº de membros remunerados	9,00	3,00	5,00	17,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.934.000,00	2.591.000,00	360.000,00	5.885.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	586.800,00	518.200,00	72.000,00	1.177.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS Contribuição à Previdência Social	INSS Contribuição à Previdência Social	INSS Contribuição à Previdência Social	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	734.444,75	691.661,57	0,00	1.426.106,32
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	146.888,95	138.332,31	0,00	285.221,26
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS Contribuição à Previdência Social	INSS Contribuição à Previdência Social		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação				
Total da remuneração	4.402.133,70	3.939.193,88	432.000,00	8.773.327,58

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

A remuneração variável se constitui unicamente em 10% do lucro líquido, excluído o resultado da equivalência patrimonial e a própria participação dos administradores. Desse procedimento decorre que: (i) não há bônus; (ii) não há uma participação de resultado mínima e nem máxima; (iii) não há um valor determinado previsto no plano de remuneração. Conhecido o resultado do exercício, a participação dos administradores é calculada e distribuída entre Diretores e membros do Conselho de Administração pelo Conselho de Administração.

A remuneração variável paga nos últimos 3 anos é a seguinte:

ÓRGÃO	2020 (R\$ mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Em relação ao bônus:				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-
Em relação à participação nos resultados:	941	886	(1)	1.827
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	941	886	-	1.827

ÓRGÃO	2019 (R\$ mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Em relação ao bônus:				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-
Em relação à participação nos resultados:	941	886	(1)	1.827
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	941	886	-	1.827

ÓRGÃO	2018 (R\$ mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Em relação ao bônus:				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-
Em relação à participação nos resultados:	765	721	(1)	1.486
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	765	721	-	1.486

Observações:

1) os membros do Conselho Fiscal não recebem remuneração variável.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Não se aplica, pois o Emissor não tem plano de remuneração baseado em ações.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Não se aplica ao Emissor.

13.6 - Opções em Aberto

Não se aplica, pois não há outorga de opções de compra aos Administradores.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

Não se aplica, pois não há remuneração dos Administradores mediante cessão de ações e/ou outorga de opções de compra.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Não se aplica ao Emissor.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

A quantidade de ações detidas por membros da administração e conselho fiscal, em 24 de abril de 2020 é a seguinte:

Órgão	Ações		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Conselho de Administração	4.159.566	1.516.332	5.675.898
Diretoria (1)	673	12.746	13.419
Conselho Fiscal	001	000	001
Total	4.160.240	1.529.078	5.689.318

⁽¹⁾ As ações de propriedade direta e indireta dos diretores que também são membros do Conselho de Administração foi contada no órgão Conselho de Administração.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Não se aplica ao Emissor.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	3,00	3,00	3,00	9,00	9,00	9,00	5,00	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	9,00	9,00	9,00	5,00	5,00	5,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.470.000,00	1.353.000,00	1.438.000,00	1.903.000,00	1.765.000,00	1.720.000,00	76.000,00	73.000,00	72.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	774.000,00	717.000,00	766.000,00	220.000,00	121.000,00	201.000,00	76.000,00	73.000,00	72.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.120.000,00	1.030.000,00	1.094.000,00	451.000,00	376.000,00	408.000,00	76.000,00	73.000,00	72.000,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Não há arranjos nem instrumentos que proporcionem remuneração aos Administradores após terem deixado seus cargos, que não os decorrentes de aposentadoria. Não há, pois, consequências financeiras para o Emissor derivadas de tais arranjos e instrumentos.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

A participação dos Administradores relacionados ao controlador na remuneração total de cada órgão, expressa em porcentagem desses totais foi a seguinte:

Órgão	Exercício		
	2017	2018	2019
Diretoria	23,34	23,21	23,03
Conselho de Administração	80,12	85,85	86,35
Conselho Fiscal	60,0	60,0	60,0

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Há a registrar remunerações por serviços de consultoria:

Órgão	R\$		
	2017	2018	2019
Diretoria	zero	zero	zero
Conselho de Administração	265.536	265.536	265.536
Conselho Fiscal	Zero	Zero	Zero
Total	265.536	265.536	265.536

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

ÓRGÃO	2017 (Em R\$)	2018 (Em R\$)	2019 (Em R\$)
Conselho de Administração	-	-	-
Diretoria Estatutária	77.112	49.132	35.400
Conselho Fiscal	-	-	-

Observação: Refere-se a remuneração anual de dois Diretores do emissor que prestam serviços na Subsidiária Integral METISA Florestal e Energética S.A.

13.16 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

A empresa possuía em data de 31 de dezembro de 2019, em seu quadro, um total de 976 funcionários, conforme discriminado abaixo, oriundos da sede do Emissor e municípios vizinhos (Rio dos Cedros, Benedito Novo, Ascurra, Rodeio e Indaial).

Nº Funcionários	2017	2018	2019
Administrativos	83	84	86
Indiretos	221	216	211
Produção	669	691	679

Atuam na empresa 26 funcionários terceirizados em atividades de alimentação, segurança patrimonial e construção civil.

Em 2019, foi registrado o índice de 1,41% de rotatividade.

A METISA cumpre com a legislação trabalhista, mesmo assim conta com a média de 10 reclamações por ano, cujos processos são favoráveis à empresa em torno de 70%.

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

Nº Funcionários	2017	2018	2019
Admitidos	152	179	140
Demitidos/Aposentados	172	178	155

As variações ocorridas no quadro de funcionários do Emissor, objetivam adequar o número necessário ao desenvolvimento de suas atividades administrativas, comerciais e de produção.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

Com relação à remuneração, a METISA aplica a política de mercado da região onde se localiza a Companhia, além de oferecer Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

A empresa também, oferece outros benefícios a seus funcionários, sendo os principais: refeição; cesta de alimentos; transporte, atendimento médico e odontológico; associação atlética; financiamento para tratamento de saúde e para construção e reforma da casa própria e uniformes.

O Emissor não possui planos de remuneração baseados em ações.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

A relação entre o Emissor e o Sindicato da categoria são satisfatórias.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Não há outras informações julgadas relevantes.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Edvaldo Angelo						
154.761.039-53	Brasileira-SC	Não	Não	24/04/2020		
Não						
	405.208	9,620%	337.583	6,850%	742.791	8,130%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
José Claudio Pagano						
763.370.228-15	brasileira-SP	Não	Não	24/04/2020		
Não						
	350	0,000%	252.000	5,120%	252.350	2,760%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
D' Angelo Participações Ltda						
79.373.700/0001-81	Brasileira-SC	Não	Não	24/04/2020		
Não						
	1.036.130	24,610%	35.279	0,710%	1.071.409	11,730%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Partbank S.A.						
29.557.386/0001-19	Brasileira-RJ	Não	Sim	24/04/2020		
Não						
1.000.109	23,740%	19.500	0,400%	1.019.609	11,160%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
Flavio Snell						
024.614.558-72	Brasileira-RJ	Não	Sim	24/04/2020		
Não						
1.549.525	36,780%	965.459	19,600%	2.514.984	27,520%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
OUTROS						
221.208	5,250%	3.158.512	64,140%	3.379.720	36,990%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 24/04/2020						
0	0,000%	156.400	3,180%	156.400	1,710%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
TOTAL						
4.212.530	100,000%	4.924.733	100,000%	9.137.263	100,000%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
D' Angelo Participações Ltda				79.373.700/0001-81	
Alessandra Casagrande Angelo					
806.933.939-04	Brasileira-SC	Não	Não		
Não					
20	0,100	0	0,000	20	0,100
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Edvaldo Angelo					
154.761.039-53	Brasileira-SC	Não	Não	20/04/2018	
Não					
19.560	97,800	0	0,000	19.560	97,800
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
20.000	100,000	0	0,000	20.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
D' Angelo Participações Ltda				79.373.700/0001-81	
Zuleide Casagrande Angelo					
601.487.059-87	Brasileira-SC	Não	Não		
Não					
420	2,100	0	0,000	420	2,100
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Partbank S.A.				29.557.386/0001-19		
Flavio Snell						
024.614.558-72	Brasileira-RJ	Não	Sim	20/04/2018		
Não						
16.257.318	50,800	0	0,000	16.257.318	50,800	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
15.742.682	49,200	0	0,000	15.742.682	49,200	
TOTAL						
32.000.000	100,000	0	0,000	32.000.000	100,000	

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	24/04/2020
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	6
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	2
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	52.291	1,240%
Quantidade preferenciais (Unidades)	3.239.256	65,780%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	3.291.547	36,020%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

O Grupo Econômico Controlador

O Emissor é controlado direta e indiretamente por Flavio Snell, que detém 60,4% das ações ordinárias, das quais 36,7% diretamente e 23,7% indiretamente, através de sua controlada – Partbank Consultoria Econômico-Financeira Ltda. O Emissor se insere em um Grupo Econômico formado por um conjunto de empresas que tem como controlador Flavio Snell.

Controladas e Coligadas

O Grupo é formado pelas empresas Elite Assessoria e Consultoria Ltda., Elite Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda., Flanel Administração e Participação Ltda., Facs Negócios e Serviços S/C Ltda., Partbank Consultoria Econômico-Financeira Ltda., METISA Metalúrgica Timboense S.A., METISA Florestal e Energética S.A., Caraíbas Agropecuária Indústria e Comércio S.A. e GLJ Hotéis Ltda.

Participações do Emissor em Sociedades do Grupo

O Emissor, METISA Metalúrgica Timboense S.A., detém 100% das ações de METISA Florestal e Energética S.A.

Participação de Sociedades do Grupo no Emissor

Flavio Snell é proprietário de 36,7% e Partbank Consultoria Econômico-Financeira Ltda de 23,7% das ações ordinárias emitidas por METISA Metalúrgica Timboense S.A.

Sociedades sob Controle Comum

As sociedades sob controle comum são as citadas anteriormente, no item 8.1.b, sob o título de controladas e coligadas.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Não há acordo de acionistas em vigor.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Não houve alterações relevantes nas participações do grupo controlador e nas dos Administradores do Emissor nos últimos 3 exercícios sociais.

15.7 - Principais Operações Societárias

Não se aplica ao Emissor.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Não existem outras informações relevantes.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

	R\$		
	2017	2018	2019
Fornecedores de Serviços	770.256,00	777.277,00	763.649,00
Fornecedores de Insumos	130.764,00	83.204,00	150.654,00

As transações de compra de serviços e insumos são efetuadas em condições de preços e prazo equivalentes às transações efetuadas com terceiros não relacionados.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Partbank Consultoria Econômico-Financeira Ltda	21/03/2017	485.904,00	161.968,00	Não se aplica	02.05.2017 à 30.04.2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O controlador da METISA Metalúrgica Timboense S.A. - Flavio Snell é Diretor Presidente da Partbank Consultoria Econômico-Financeira Ltda.						
Objeto contrato	Prestação de Serviços (-) Acompanhamento e análise do comércio exterior brasileiro relativo a mercadorias de interesse da Metisa. (-) Análise mensal dos relatórios gerenciais da Contratante e preparação do correspondente relatório sintético. (-) Análise de mercado dos produtos em fabricação e a serem fabricados compreendendo avaliação de volumes, preços e práticas usuais de comercialização. (-) Análise crítica dos custos variáveis de produção, a partir de dados primários fornecidos pela Contratante. (-) Análise do impacto de investimentos nos custos fixos e nas despesas. (-) Análise de investimentos sob o aspecto econômico-financeiro com vistas a verificação de sua viabilidade. (-) Desenvolvimento de engenharia financeira necessária para realização de projetos.						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Aviso prévio						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Não se aplica						
Ricardo Teixeira Mendes	21/03/2017	265.536,00	88.512,00	Não se aplica	02.05.2017 à 30.04.2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Membro do Conselho de Administração						
Objeto contrato	Prestação de Serviços - Assessoria à Diretoria Estatutária						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Aviso prévio						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Não se aplica						
Eletromeca Metalúrgica Timboense Ltda	31/12/2017	130.764,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O Diretor Presidente da METISA Metalúrgica Timboense S.A. - Edvaldo Angelo é sócio controlador da Eletromeca Metalúrgica Casagrande Ltda						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Fornecimento de insumos						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Não se aplica						
Elite CCVM Ltda	31/12/2017	18.816,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O controlador - Flavio Snell é sócio da Elite CCVM Ltda						
Objeto contrato	Prestação de Serviço - Corretagem						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação	Não se aplica						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Não se aplica						
Eletromeca Metalúrgica Timboense Ltda	31/12/2018	83.204,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O Diretor Presidente da METISA Metalúrgica Timboense S.A. - Edvaldo Angelo é sócio controlador da Eletromeca Metalúrgica Casagrande Ltda						
Objeto contrato	Fornecimento de insumos						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação	Não se aplica						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Não se aplica						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Elite CCVM Ltda	31/12/2018	25.837,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O controlador - Flavio Snell é sócio da Elite CCVM Ltda						
Objeto contrato	Prestação de Serviço - Corretagem						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação	Não se aplica						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Não se aplica						
Partbank Consultoria Econômico-Financeira Ltda	12/03/2019	485.904,00	161.968,00	Não se aplica	02.05.2019 à 30.04.2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O controlador da METISA Metalúrgica Timboense S.A. - Flavio Snell é Diretor Presidente da Partbank Consultoria Econômico-Financeira Ltda.						
Objeto contrato	Prestação de Serviços (-) Acompanhamento e análise do comércio exterior brasileiro relativo a mercadorias de interesse da Metisa. (-) Análise mensal dos relatórios gerenciais da Contratante e preparação do correspondente relatório sintético. (-) Análise de mercado dos produtos em fabricação e a serem fabricados compreendendo avaliação de volumes, preços e práticas usuais de comercialização. (-) Análise crítica dos custos variáveis de produção, a partir de dados primários fornecidos pela Contratante. (-) Análise do impacto de investimentos nos custos fixos e nas despesas. (-) Análise de investimentos sob o aspecto econômico-financeiro com vistas a verificação de sua viabilidade. (-) Desenvolvimento de engenharia financeira necessária para realização de projetos.						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Aviso prévio						
Natureza e razão para a operação	Não se aplica						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Não se aplica						
Ricardo Teixeira Mendes	12/03/2019	265.536,00	88.512,00	Não se aplica	02.05.2019 à 30.04.2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Membro do Conselho de Administração						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Prestação de Serviços - Assessoria à Diretoria Estatutária						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação	Não se aplica						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Não se aplica						
Eletromeca Metalúrgica Timboense Ltda	31/12/2019	150.564,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O Diretor Presidente da METISA - Edvaldo Angelo é sócio controlador da Eletromeca Metalúrgica Casagrande Ltda						
Objeto contrato	Fornecimento de insumos						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação	Não se aplica						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Não se aplica						
Elite CCVM Ltda	31/12/2019	12.209,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	SIM	0,000000
Relação com o emissor	O controlador da METISA - Flavio Snell é sócio da Elite CCVM Ltda						
Objeto contrato	Prestação de Serviço - Corretagem						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação	Não se aplica						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Não se aplica						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Partbank Consultoria Econômico-Financeira Ltda	10/03/2020	506.796,00	168.932,00	Não se aplica	02.05.2020 à 30.04.2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O controlador da METISA Metalúrgica Timboense S.A. - Flavio Snell é Diretor Presidente da Partbank Consultoria Econômico-Financeira Ltda.						
Objeto contrato	Prestação de Serviços (-) Acompanhamento e análise do comércio exterior brasileiro relativo a mercadorias de interesse da Metisa. (-) Análise mensal dos relatórios gerenciais da Contratante e preparação do correspondente relatório sintético. (-) Análise de mercado dos produtos em fabricação e a serem fabricados compreendendo avaliação de volumes, preços e práticas usuais de comercialização. (-) Análise crítica dos custos variáveis de produção, a partir de dados primários fornecidos pela Contratante. (-) Análise do impacto de investimentos nos custos fixos e nas despesas. (-) Análise de investimentos sob o aspecto econômico-financeiro com vistas a verificação de sua viabilidade. (-) Desenvolvimento de engenharia financeira necessária para realização de projetos.						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Aviso prévio						
Natureza e razão para a operação	Não se aplica						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Não se aplica						
Ricardo Teixeira Mendes	10/03/2020	276.948,00	92.316,00	Não se aplica	02.05.2020 à 30.04.2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Membro do Conselho de Administração						
Objeto contrato	Prestação de Serviços - Assessoria à Diretoria Estatutária						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Aviso prévio						
Natureza e razão para a operação	Não se aplica						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Não se aplica						

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

Não se aplica ao Emissor.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Não há outras informações julgadas relevantes.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
25/04/2019	150.000.000,00		4.212.530	4.924.733	9.137.263
Tipo de capital	Capital Integralizado				
28/04/2015	100.000.000,00		4.212.530	4.924.733	9.137.263
Tipo de capital	Capital Integralizado				
20/04/2010	100.000.000,00		4.212.530	5.551.953	9.764.483

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
20/04/2010	Assembleia Geral de Acionistas	20/04/2010	45.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

25/04/2019	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	25/04/2019	50.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica

17.5 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Do lucro líquido, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei Nº 6.404/1976 e legislação posterior, será destinado 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos Acionistas, na proporção do número de ações que cada um possuir no Emissor. Os juros sobre capital próprio, aprovados pelo Emissor em cada exercício social, poderão ser imputados aos dividendos obrigatórios.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não se aplica.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes.
<hr/>	
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Do lucro líquido, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei Nº 6.404/1976 e legislação posterior, será destinado 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos Acionistas, na proporção do número de ações que cada um possuir no Emissor. Os juros sobre capital próprio, aprovados pelo Emissor em cada exercício social, poderão ser imputados aos dividendos obrigatórios. As ações preferenciais terão as seguintes características: I - não resgatáveis; II - ausência do direito de voto, excetuados os casos previstos em Lei; III - dividendo mínimo anual, não cumulativo, de pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária; IV - participação em igualdade de condições com as ações ordinárias em capitalizações de quaisquer fundos ou reservas e em atribuições de quaisquer outras vantagens.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não se aplica.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes.
<hr/>	

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

Não se aplica ao Emissor.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

Não se aplica ao Emissor.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados**Exercício social 31/12/2019**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	11.975	26,00	24,20	R\$ por Unidade	25,10
30/06/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	21.660	50,00	25,11	R\$ por Unidade	37,55
30/09/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	10.588	30,00	22,50	R\$ por Unidade	26,25
31/12/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.545	22,50	18,00	R\$ por Unidade	20,25
31/03/2019	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.179.175	18,99	14,72	R\$ por Unidade	16,85
30/06/2019	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.628.281	18,50	15,72	R\$ por Unidade	17,11
30/09/2019	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.026.952	24,98	17,65	R\$ por Unidade	21,31
31/12/2019	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.042.584	24,00	17,82	R\$ por Unidade	20,91

Exercício social 31/12/2018

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.500	19,50	17,75	R\$ por Unidade	18,33
30/09/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.021	17,75	17,21	R\$ por Unidade	17,48
31/12/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	19.981	17,21	16,56	R\$ por Unidade	16,65
31/03/2018	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.516.537	20,10	15,58	R\$ por Unidade	17,84
30/06/2018	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.026.479	18,70	12,03	R\$ por Unidade	15,36
30/09/2018	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.170.725	16,50	13,40	R\$ por Unidade	14,95
31/12/2018	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.358.078	16,20	14,50	R\$ por Unidade	15,35

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

B3 Brasil, Bolsa, Balcão.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

Não se aplica ao Emissor.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

Não se aplica ao Emissor.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Não se aplica ao Emissor.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Não há outras informações julgadas relevantes.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
07/11/2019	07/11/2019 à 30/10/2020	0,00	Preferencial		150.000	4,620000	4.900	23,39	R\$ por Unidade	3,266666
07/11/2018	07/11/2018 à 02/11/2019	0,00	Preferencial		150.000	4,610000	26.000	16,90	R\$ por Unidade	17,333333
29/05/2014	29/05/2014 à 29/05/2015	0,00	Preferencial		240.000	5,500000	240.000	12,42	R\$ por Unidade	100,000000
27/09/2013	27/09/2013 à 27/09/2014	0,00	Preferencial		240.000	5,500000	240.000	17,87	R\$ por Unidade	100,000000
19/04/2013	19/04/2013 à 19/04/2014	0,00	Preferencial		240.000	5,500000	240.000	18,55	R\$ por Unidade	100,000000
17/04/2012	17/04/2012 à 17/04/2013	0,00	Preferencial		250.000	5,500000	28.600	20,74	R\$ por Unidade	11,440000

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria**Exercício social 31/12/2019****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Ordinária			
-----------	--	--	--

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	0	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Preferencial			
--------------	--	--	--

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	132.400	
Quantidade adquirida	19.100	17,51
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	151.500	
Relação valores mobiliários em circulação	4,110000%	

Exercício social 31/12/2018**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Ordinária			
-----------	--	--	--

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	0	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Preferencial			
--------------	--	--	--

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	125.500	
Quantidade adquirida	6.900	15,22
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	132.400	
Relação valores mobiliários em circulação	4,070000%	

Exercício social 31/12/2017**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Preferencial			
--------------	--	--	--

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	125.500	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	125.500	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Ordinária			
-----------	--	--	--

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	0	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Não há outras informações julgadas relevantes.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica

20.2 - Outras Informações Relevantes

Não se aplica, pois até o momento o Emissor não possui uma Política de Negociação de Ações .

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

- POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES -

INSTRUÇÃO CVM Nº358 DE 03 DE JANEIRO DE 2002

1. INTRODUÇÃO

O presente documento tem como objetivo explicitar a política da METISA a respeito da divulgação de fatos e/ou atos relevantes, relacionados aos seus negócios, visando oferecer ao mercado completa transparência. A presente política de divulgação abrange, não só os atos e fatos relevantes, conforme a definição do art. 2º da Instrução CVM 358 de 3 de janeiro de 2002, como também de fatos que são de interesse dos acionistas da Companhia, embora não se enquadrem na referida definição.

A presente “Política de Divulgação de Informações” procura determinar a forma como deverão ser tratadas as informações sobre os negócios da METISA e orientar seus administradores e funcionários sobre os procedimentos a seguir.

Considerando que o Conselho de Administração não tem poder sobre Acionistas e Conselheiros, e que estes no âmbito de suas atividades tem conhecimento de fatos relevantes, buscar-se-á a obtenção de sua concordância formal para prática dos procedimentos estabelecidos nesta Política de Divulgação e Informações mediante assinatura do “Termo de Adesão”, cujo modelo consta do Anexo I.

2. CLASSIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

A METISA procurará classificar como relevantes os atos e fatos que possam influir de modo ponderável na cotação dos valores mobiliários de emissão da Empresa e/ou na decisão de investidores de vender ou comprar tais títulos e/ou de exercer ou não direitos que venham a ter sobre os mesmos. Enquadram-se como tais, os atos e fatos relacionados no Item 2.1 deste documento, sendo importante observar que a relevância de certos atos ou fatos é função da situação particular de cada Companhia. De fato, no caso da METISA, que fabrica e comercializa um número muito grande de produtos diferentes, a introdução de um artigo novo, ou a descontinuidade da produção de um produto que vinha sendo fabricado, muito dificilmente impactaria de forma relevante os resultados da Empresa, não se caracterizando, pois, como fato relevante. Assim, ao definir a sua política de divulgação de informações, a METISA as classifica em quatro grandes grupos, a saber:

Grupo 1 – Atos e fatos relevantes segundo definição da Instrução CVM 358;

Grupo 2 – Atos e fatos de interesse dos acionistas, mas que não se constituem em atos ou fatos relevantes;

Grupo 3 – Informações relativas à posição acionária de Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores, bem como a suas alterações;

Grupo 4 – Informações sigilosas, cuja divulgação poderá trazer prejuízos à Companhia.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

A presente “Política de Divulgação de Informações” determina a forma pela qual deverão ser tratadas as informações referentes a atos e fatos classificados em cada um desses 4 grupos.

2.1. GRUPO 1 – ATOS E FATOS RELEVANTES

Considera-se que se enquadram na definição de “atos e fatos relevantes”, os eventos a seguir:

- a) Mudanças relevantes no quadro acionário;
- b) Mudanças no controle da Companhia, o que inclui a celebração, modificação ou rescisão de acordo de acionistas;
- c) Alterações no sistema de negociação de suas ações;
- d) Alterações nas relações entre classes de ações;
- e) Mudanças na estrutura da Companhia, decorrentes de cisão, fusão ou incorporação;
- f) Atos que levem à solução de continuidade nos negócios da Companhia ou mesmo, a sua paralisação;
- g) Mudanças relevantes de critérios contábeis;
- h) Eliminação de linha de produção, cujo impacto esperado seja superior a 25% do faturamento anual;
- i) Aprovação e decisão de execução de plano de investimento específico, que envolva recursos, próprios e de terceiros, superiores a 33% do valor do Patrimônio Líquido, a ser executado em um período de até 24 meses;
- j) Tomada de financiamentos a longo prazo, destinados a investimento fixo e a capital de giro decorrente, que envolvam aporte de recursos superiores a 25% do Patrimônio Líquido;
- k) Ocorrência de acidente de grandes proporções, que venha a afetar consideravelmente a capacidade de produção da Empresa;
- l) Aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria e/ou cancelamento e alienação de ações assim adquiridas;
- m) Desdobramento, grupamento de ações, atribuição de bonificação.

2.2. GRUPO 2 – ATOS E FATOS DE INTERESSE DOS ACIONISTAS

Entende-se como tal, as informações de caráter geral sobre a empresa e relativas ao andamento de seus negócios. Dentro deste Grupo, reconhece-se a existência de três subgrupos, a saber:

Grupo 2A – Informações de caráter geral, tais como caracterização da empresa, localização, endereços, etc.;

Grupo 2B – Informações que são geradas anualmente;

Grupo 2C – Informações que são geradas trimestralmente.

Classificam-se nesses grupos:

2.2.1. Grupo 2A

Envolve informações sobre:

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

- Características gerais da Empresa;
- Localização da Empresa; endereços da sede, filiais e escritórios de representação, no Brasil e no exterior;
- Linha de Produtos;
- Processo produtivo;
- Composição do Capital Social;
- Identificação do Diretor de Relações com Investidores;
- Identificação e forma de contato com o responsável pelo Departamento de Acionistas;
- Identificação do Auditor Independente;
- Jornais em que são veiculadas as notícias sobre a Empresa, conforme decisão da AGO;
- Identificação dos Administradores.

2.2.2. Grupo 2B

Classificam-se como tal, os documentos de interesse dos acionistas e que não contêm informações sigilosas, geradas anualmente, tais como:

- Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo, auditada por Auditores Independentes;
- Relatório da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- Parecer dos Auditores;
- Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo de empresas controladas.

2.2.3. Grupo 2C

Classificam-se como tal, as seguintes informações:

- Demonstrações Financeiras Trimestrais;
- Histórico de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio;
- Demonstrações Financeiras trimestrais de controladas.

2.3. GRUPO 3 – POSIÇÃO ACIONÁRIA

2.3.1 Diretores, Membros dos Conselhos e Pessoas Ligadas

Consoante o que dispõe o artigo 11 da Instrução CVM 358/2002 com as alterações introduzidas pelas instruções CVM 369/02, 449/07, 547/14, 552/14 e 568/15, os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, Diretores e pessoas ligadas que tenham acesso a atos e/ou fatos relevantes, deverão comunicar ao Diretor de Relações com Investidores (DRI):

- Suas posições acionárias na data de sua investidura no cargo, especificando a classe e espécie das ações possuídas;
- Toda e qualquer variação de sua posição acionária relativa às ações emitidas pela Companhia, no prazo de até 5 dias (§ 4º) após a realização do correspondente evento, utilizando o modelo constante do **Anexo II**.

O Diretor de Relações com Investidores enviará à CVM e ao mercado as informações recebidas de Conselheiros, Diretores e pessoas ligadas, bem como sobre qualquer negociação da Companhia com

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

suas próprias ações, no prazo de até 10 dias a contar do término do mês em que ocorreram as mencionadas negociações.

No caso de eleição de novos Conselheiros ou Diretores, as informações sobre os mesmos deverão ser feitas no primeiro dia útil após sua investidura no cargo.

2.3.2 Acionistas Controladores e outros acionistas que elegeram membros do Conselho de Administração

A empresa informará, em relação aos acionistas supra citados que tiverem assinado o Termo de Adesão (Anexo I).

- Variação da posição acionária a cada vez que tal variação venha atingir a 5% (cinco por cento) da espécie ou classe das ações emitidas pela Companhia (§ 4º, art. 12º);
- Existência de acordo de acionistas ou de circulação de ações.

Estas regras também são válidas para acionistas minoritários que sejam membros do Conselho de Administração.

Cabe ao Diretor de Relações com Investidores transmitir à CVM e ao mercado as informações acima referidas, assim que recebidas (§ 6º, art. 12).

2.4. GRUPO 4 – INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Conceitualmente, são as informações cuja divulgação trará prejuízo à Companhia. Estas informações se dividem em dois grupos, a saber:

- Grupo 4 A – Informações cujo **caráter sigiloso é permanente**;
- Grupo 4 B – Informações cujo **caráter sigiloso é temporário**;

Em princípio, enquadram-se nesses grupos, como exemplo, as informações relativas a:

2.4.1. Grupo 4 A - Caráter sigiloso permanente

- Plano Estratégico;
- Política e Planejamento de Vendas;
- Política de Preços;
- Custos Industriais;

2.4.2. Grupo 4 B – Caráter sigiloso temporário

- Participação da Empresa no mercado, segundo suas linhas de produtos;
- Desenvolvimento de novos produtos;
- Desenvolvimento de novos processos;
- Desenvolvimento de negociações com terceiros.

3. DESTINO, FORMA E MEIOS DE DIVULGAÇÃO

3.1. PRINCÍPIOS

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

Considerado o princípio de transparência de seus negócios, a orientação geral é de que se dê às informações sobre a Empresa ampla divulgação, observado, entretanto, que os gastos com tal divulgação deverão estar contidos em níveis compatíveis com o porte e orçamento da Companhia.

3.2. DESTINO

As informações sobre a Empresa se destinam:

- À Comissão de Valores Mobiliários;
- Às Bolsas de Valores;
- Aos acionistas;
- Ao público em geral.

3.3. FORMA

As informações sobre METISA serão divulgadas segundo duas formas básicas: a forma sucinta e a forma completa, entendendo-se como completa a informação enviada à CVM (§ 8º, art. 3º).

A divulgação da informação na forma sucinta será acompanhada de indicação sobre onde e como o interessado poderá obter a informação completa.

3.4. MEIOS DE DIVULGAÇÃO

A Empresa utilizará, como meios de divulgação:

- Publicação em jornais de grande circulação, necessariamente aqueles definidos em AGO como veiculadores de notícias sobre a Companhia

No uso deste meio, usar-se-á, preferencialmente, a forma sucinta.

- Correio eletrônico ou outra forma de transmissão eletrônica de dados para destinatário definido.

Este será o meio preferencialmente utilizado para transmitir as informações à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e às Bolsas de Valores.

- Página da Empresa na Rede Mundial de Computadores – Internet.

Este veículo conterà permanentemente todas as informações do Grupo 2A, rotineiramente atualizadas, e apresentará todas as informações divulgadas pela Empresa em sua forma completa, durante um período mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua comunicação à CVM.

- Correio, a ser utilizado quando o envio das informações à CVM não puder ser feito por via eletrônica.

4. CRONOGRAMA DE INFORMAÇÕES

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

As informações relativas à Empresa, serão divulgadas segundo o cronograma estabelecido no **Quadro 4**.

5. INFORMAÇÕES SIGILOSAS

5.1. CONCEITO

O tratamento das informações sigilosas envolve dois aspectos a considerar:

- a manutenção do sigilo;
- a detecção tempestiva do vazamento de informações sigilosas, especialmente das que além de sigilosas, se enquadram dentro da definição de informação relevante.

5.2. MANUTENÇÃO DO SIGILO

5.2.1. Informações Não Relevantes

A Diretoria deverá determinar as regras e procedimentos para manutenção da confidencialidade das informações de caráter sigiloso, adequados à natureza dessas informações.

5.2.2. Informações Relevantes

As informações relevantes de caráter sigiloso, deverão ser tratadas segundo as seguintes regras básicas:

- Só deverá ter acesso à informação quem precisar conhecê-la;
- As decisões de caráter sigiloso, do Conselho de Administração ou da Diretoria, serão registradas em ata especial e confidencial;
- Quando da contratação de Auditores Independentes ou Consultores, que no exercício de suas tarefas possam vir a ter acesso a informações sigilosas, deverá existir cláusula contratual que resguarde sua confidencialidade.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

Quadro 4

Cronograma de Divulgação de Informações

Grupo / Subgrupo	Momento da Divulgação
1	Imediatamente, tão logo os atos e/ou fatos tenham se materializado.
2A	Permanente, no "site" da Empresa. Atualização sempre que necessário.
2B	Entre 30 de março e 31 de maio de cada ano.
2C	Até 45 dias após o encerramento do trimestre gregoriano.
3	<ul style="list-style-type: none"> • A variação das posições de Conselheiros, Diretores e outras pessoas ligadas, que tenham assinado o Termo de Adesão, até o 10º dia do mês subsequente àquele em que as negociações feitas tenham levado à variação de suas posições. • A variação das posições de Acionistas Controladores e/ou de Acionistas que nomearam membros do Conselho de Administração, que tenham assinado o Termo de Adesão, em até 2 dias úteis após a negociação que tenha levado à variação relevante de suas posições em quantidade correspondente a 5% ou mais da espécie ou classe de ações representativas do Capital da Companhia ou de outros valores mobiliários de emissão da Companhia.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

5.3. DETECÇÃO DE VAZAMENTO DE INFORMAÇÕES

- Em se detectando o vazamento de informação sigilosa relevante, o Diretor de Relações com Investidores providenciará sua imediata divulgação.

6. PROCEDIMENTOS DE CONSELHEIROS, ACIONISTAS CONTROLADORES, DIRETORES, GERENTES E CONSULTORES

De modo a garantir as divulgações das informações sobre negociação de ações de emissão da Cia., feitas por pessoas que têm acesso a informações relevantes, serão adotados os seguintes procedimentos:

- A Empresa comunicará formalmente os termos desta “Política de Divulgação de Informações” a seus Sócios Controladores, Conselheiros, Diretores e a todos e quaisquer funcionários e pessoas ligadas que, em razão de suas funções, tenham acesso a informações relevantes, delas procurando obter adesão formal em documento próprio, o Termo de Adesão **(Anexo I)**;
- Sócios Controladores, Conselheiros, Diretores e Pessoas Ligadas, que tenham assinado o Termo de Adesão, informarão à Companhia e à CVM, os negócios que vierem a efetuar com valores mobiliários previstos no item 2.3 desta Política, conforme modelo anexo **(Anexo II)**;
- Gerentes cuja função os levem a conhecer atos ou fatos relevantes, se obrigam a comunicar negócios que fizerem com valores mobiliários de emissão da Companhia ao Diretor de Relações com os Investidores, conforme modelo anexo **(Anexo II)**, comunicação esta a ser feita imediatamente após realização do negócio;
- A Empresa exigirá de seus Auditores Independentes, bem como de terceiros que venha a contratar e cujo trabalho os leve a conhecer atos ou fatos relevantes, declaração de que comunicarão à CVM qualquer negociação que venham a fazer com papéis da METISA, durante o tempo em que estiverem prestando serviços à Companhia, e no período de 180 dias que suceder ao seu término, nos termos do modelo anexo **(Anexo II)**;
- Os documentos acima referidos ficarão arquivados na Companhia, enquanto perdurar o vínculo das pessoas supra mencionadas com ela, e por um período mínimo de 5 (cinco) anos após a extinção desse vínculo.

7. RESPONSABILIDADES

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores fazer cumprir no que lhe couber, o disposto nesta “Política de Divulgação de Informações”, exceto no que tange às informações sobre negociação de ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia, feitas por Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores.

É de responsabilidade dos Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores a divulgação das informações relativas às negociações que tenham feito com valores mobiliários de emissão da

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

Empresa (**art. 11 e art12**), sempre que excedida a variação de suas posições previstas no item 2.3 deste documento.

8. ACOMPANHAMENTO

Os Conselheiros e Diretores deverão estar informados sobre a Divulgação de Atos e Fatos Relevantes, assim como o Diretor de Relações com Investidores deverá estar a par das comunicações feitas à CVM por Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores. Assim, adota-se os seguintes procedimentos:

- O Diretor de Relações com Investidores providenciará a distribuição aos Diretores, Conselheiros e Acionistas Controladores, de todos os comunicados à CVM;
- Os Acionistas Controladores, Conselheiros, Diretores, Auditores e terceiros, enviarão, ao Diretor de Relações com Investidores, cópia das comunicações que fizerem à CVM, tão logo as tenham feito.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

- A Diretoria da Empresa tomará as necessárias providências para imediata implantação desta “Política de Divulgação de Informações”;
- A presente “Política de Divulgação de Informações” só poderá ser alterada, modificada ou revogada por decisão da Assembléia Geral dos Acionistas e/ou decisão do Conselho de Administração, tomada por maioria, em reunião com quorum mínimo de 2/3 dos Conselheiros.
- Qualquer alteração desta “Política” será imediatamente comunicada à CVM e divulgada conforme disposto no item 3 deste documento.

Timbó, 11 de março de 2016.

Flavio Snell
Presidente do Conselho de Administração

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

ANEXO I

Termo de Adesão ao Manual de Conduta e Política de Divulgação e Uso de Informações

METISA – Metalúrgica Timboense S.A.

Pelo presente instrumento, (nome, nacionalidade, estado civil, profissão), residente e domiciliado na cidade _____, Estado _____, à R _____ nº _____, bairro _____, portador da Carteira de Identidade RG _____ e do CPF _____, doravante denominado simplesmente Declarante”, na qualidade de _____ da Metisa Metalúrgica Timboense S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 86.375.425/0001-09 e Inscrição Estadual Nº 250.266.776, com sede na Rua Fritz Lorenz, 2442, na Cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente “Companhia”, vem, por meio deste Termo de Adesão, declarar ter integral conhecimento das regras constantes do Manual de Divulgação e Uso de Informações da METISA (“Manual”), cuja cópia recebeu, que disciplina a política interna quanto ao uso e divulgação de Informações Relevantes, obrigando-se a pautar suas ações sempre em conformidade com tais regras. O Declarante firma o presente Termo de Adesão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Timbó (SC), _____

Testemunhas:

1.

Nome:

R.G.:

CPF:

2.

Nome:

R.G.:

CPF:

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

ANEXO II

MODELO

Informação Sobre a Negociação com Valores Mobiliários de METISA ou Empresa de Capital Aberto Ligada

Ao

Diretor de Relações com Investidores

METISA – Metalúrgica Timboense S.A.

Av. Fritz Lorenz, 2.442

89120-000 – Timbó – SC

Prezados Senhores:

De conformidade com a Política de Divulgação de Informações da METISA – Metalúrgica Timboense S.A., venho comunicar que negocie valores mobiliários de sua emissão e/ou de Companhia de capital aberto a ela ligada. Informo a seguir, os principais dados relativos ao negócio:

- Companhia Emissora;
- Data do Negócio;
- Tipo do Valor Mobiliário;
- Tipo do Negócio (compra ou venda);
- Forma do Negócio (à vista, etc.);
- Quantidade Total Negociada;
- Quantidade Segundo Espécie e Classe;
- Preço, segundo espécie e classe;
- Corretora que intermediou o negócio.

Seguem os dados da pessoa que realizou o negócio:

Nome:

Qualificação:

CNPJ/CPF:

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

- POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES -

INSTRUÇÃO CVM Nº358 DE 03 DE JANEIRO DE 2002

1. INTRODUÇÃO

O presente documento tem como objetivo explicitar a política da METISA a respeito da divulgação de fatos e/ou atos relevantes, relacionados aos seus negócios, visando oferecer ao mercado completa transparência. A presente política de divulgação abrange, não só os atos e fatos relevantes, conforme a definição do art. 2º da Instrução CVM 358 de 3 de janeiro de 2002, como também de fatos que são de interesse dos acionistas da Companhia, embora não se enquadrem na referida definição.

A presente “Política de Divulgação de Informações” procura determinar a forma como deverão ser tratadas as informações sobre os negócios da METISA e orientar seus administradores e funcionários sobre os procedimentos a seguir.

Considerando que o Conselho de Administração não tem poder sobre Acionistas e Conselheiros, e que estes no âmbito de suas atividades tem conhecimento de fatos relevantes, buscar-se-á a obtenção de sua concordância formal para prática dos procedimentos estabelecidos nesta Política de Divulgação e Informações mediante assinatura do “Termo de Adesão”, cujo modelo consta do Anexo I.

2. CLASSIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

A METISA procurará classificar como relevantes os atos e fatos que possam influir de modo ponderável na cotação dos valores mobiliários de emissão da Empresa e/ou na decisão de investidores de vender ou comprar tais títulos e/ou de exercer ou não direitos que venham a ter sobre os mesmos. Enquadram-se como tais, os atos e fatos relacionados no Item 2.1 deste documento, sendo importante observar que a relevância de certos atos ou fatos é função da situação particular de cada Companhia. De fato, no caso da METISA, que fabrica e comercializa um número muito grande de produtos diferentes, a introdução de um artigo novo, ou a descontinuidade da produção de um produto que vinha sendo fabricado, muito dificilmente impactaria de forma relevante os resultados da Empresa, não se caracterizando, pois, como fato relevante. Assim, ao definir a sua política de divulgação de informações, a METISA as classifica em quatro grandes grupos, a saber:

Grupo 1 – Atos e fatos relevantes segundo definição da Instrução CVM 358;

Grupo 2 – Atos e fatos de interesse dos acionistas, mas que não se constituem em atos ou fatos relevantes;

Grupo 3 – Informações relativas à posição acionária de Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores, bem como a suas alterações;

Grupo 4 – Informações sigilosas, cuja divulgação poderá trazer prejuízos à Companhia.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A presente “Política de Divulgação de Informações” determina a forma pela qual deverão ser tratadas as informações referentes a atos e fatos classificados em cada um desses 4 grupos.

2.1. GRUPO 1 – ATOS E FATOS RELEVANTES

Considera-se que se enquadram na definição de “atos e fatos relevantes”, os eventos a seguir:

- a) Mudanças relevantes no quadro acionário;
- b) Mudanças no controle da Companhia, o que inclui a celebração, modificação ou rescisão de acordo de acionistas;
- c) Alterações no sistema de negociação de suas ações;
- d) Alterações nas relações entre classes de ações;
- e) Mudanças na estrutura da Companhia, decorrentes de cisão, fusão ou incorporação;
- f) Atos que levem à solução de continuidade nos negócios da Companhia ou mesmo, a sua paralisação;
- g) Mudanças relevantes de critérios contábeis;
- h) Eliminação de linha de produção, cujo impacto esperado seja superior a 25% do faturamento anual;
- i) Aprovação e decisão de execução de plano de investimento específico, que envolva recursos, próprios e de terceiros, superiores a 33% do valor do Patrimônio Líquido, a ser executado em um período de até 24 meses;
- j) Tomada de financiamentos a longo prazo, destinados a investimento fixo e a capital de giro decorrente, que envolvam aporte de recursos superiores a 25% do Patrimônio Líquido;
- k) Ocorrência de acidente de grandes proporções, que venha a afetar consideravelmente a capacidade de produção da Empresa;
- l) Aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria e/ou cancelamento e alienação de ações assim adquiridas;
- m) Desdobramento, grupamento de ações, atribuição de bonificação.

2.2. GRUPO 2 – ATOS E FATOS DE INTERESSE DOS ACIONISTAS

Entende-se como tal, as informações de caráter geral sobre a empresa e relativas ao andamento de seus negócios. Dentro deste Grupo, reconhece-se a existência de três subgrupos, a saber:

Grupo 2A – Informações de caráter geral, tais como caracterização da empresa, localização, endereços, etc.;

Grupo 2B – Informações que são geradas anualmente;

Grupo 2C – Informações que são geradas trimestralmente.

Classificam-se nesses grupos:

2.2.1. Grupo 2A

Envolve informações sobre:

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

- Características gerais da Empresa;
- Localização da Empresa; endereços da sede, filiais e escritórios de representação, no Brasil e no exterior;
- Linha de Produtos;
- Processo produtivo;
- Composição do Capital Social;
- Identificação do Diretor de Relações com Investidores;
- Identificação e forma de contato com o responsável pelo Departamento de Acionistas;
- Identificação do Auditor Independente;
- Jornais em que são veiculadas as notícias sobre a Empresa, conforme decisão da AGO;
- Identificação dos Administradores.

2.2.2. Grupo 2B

Classificam-se como tal, os documentos de interesse dos acionistas e que não contêm informações sigilosas, geradas anualmente, tais como:

- Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo, auditada por Auditores Independentes;
- Relatório da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- Parecer dos Auditores;
- Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo de empresas controladas.

2.2.3. Grupo 2C

Classificam-se como tal, as seguintes informações:

- Demonstrações Financeiras Trimestrais;
- Histórico de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio;
- Demonstrações Financeiras trimestrais de controladas.

2.3. GRUPO 3 – POSIÇÃO ACIONÁRIA

2.3.1 Diretores, Membros dos Conselhos e Pessoas Ligadas

Consoante o que dispõe o artigo 11 da Instrução CVM 358/2002 com as alterações introduzidas pelas instruções CVM 369/02, 449/07, 547/14, 552/14 e 568/15, os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, Diretores e pessoas ligadas que tenham acesso a atos e/ou fatos relevantes, deverão comunicar ao Diretor de Relações com Investidores (DRI):

- Suas posições acionárias na data de sua investidura no cargo, especificando a classe e espécie das ações possuídas;
- Toda e qualquer variação de sua posição acionária relativa às ações emitidas pela Companhia, no prazo de até 5 dias (§ 4º) após a realização do correspondente evento, utilizando o modelo constante do **Anexo II**.

O Diretor de Relações com Investidores enviará à CVM e ao mercado as informações recebidas de Conselheiros, Diretores e pessoas ligadas, bem como sobre qualquer negociação da Companhia com

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

suas próprias ações, no prazo de até 10 dias a contar do término do mês em que ocorreram as mencionadas negociações.

No caso de eleição de novos Conselheiros ou Diretores, as informações sobre os mesmos deverão ser feitas no primeiro dia útil após sua investidura no cargo.

2.3.2 Acionistas Controladores e outros acionistas que elegeram membros do Conselho de Administração

A empresa informará, em relação aos acionistas supra citados que tiverem assinado o Termo de Adesão (Anexo I).

- Variação da posição acionária a cada vez que tal variação venha atingir a 5% (cinco por cento) da espécie ou classe das ações emitidas pela Companhia (§ 4º, art. 12º);
- Existência de acordo de acionistas ou de circulação de ações.

Estas regras também são válidas para acionistas minoritários que sejam membros do Conselho de Administração.

Cabe ao Diretor de Relações com Investidores transmitir à CVM e ao mercado as informações acima referidas, assim que recebidas (§ 6º, art. 12).

2.4. GRUPO 4 – INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Conceitualmente, são as informações cuja divulgação trará prejuízo à Companhia. Estas informações se dividem em dois grupos, a saber:

- Grupo 4 A – Informações cujo **caráter sigiloso é permanente**;
- Grupo 4 B – Informações cujo **caráter sigiloso é temporário**;

Em princípio, enquadram-se nesses grupos, como exemplo, as informações relativas a:

2.4.1. Grupo 4 A - Caráter sigiloso permanente

- Plano Estratégico;
- Política e Planejamento de Vendas;
- Política de Preços;
- Custos Industriais;

2.4.2. Grupo 4 B – Caráter sigiloso temporário

- Participação da Empresa no mercado, segundo suas linhas de produtos;
- Desenvolvimento de novos produtos;
- Desenvolvimento de novos processos;
- Desenvolvimento de negociações com terceiros.

3. DESTINO, FORMA E MEIOS DE DIVULGAÇÃO

3.1. PRINCÍPIOS

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Considerado o princípio de transparência de seus negócios, a orientação geral é de que se dê às informações sobre a Empresa ampla divulgação, observado, entretanto, que os gastos com tal divulgação deverão estar contidos em níveis compatíveis com o porte e orçamento da Companhia.

3.2. DESTINO

As informações sobre a Empresa se destinam:

- À Comissão de Valores Mobiliários;
- Às Bolsas de Valores;
- Aos acionistas;
- Ao público em geral.

3.3. FORMA

As informações sobre METISA serão divulgadas segundo duas formas básicas: a forma sucinta e a forma completa, entendendo-se como completa a informação enviada à CVM (§ 8º, art. 3º).

A divulgação da informação na forma sucinta será acompanhada de indicação sobre onde e como o interessado poderá obter a informação completa.

3.4. MEIOS DE DIVULGAÇÃO

A Empresa utilizará, como meios de divulgação:

- Publicação em jornais de grande circulação, necessariamente aqueles definidos em AGO como veiculadores de notícias sobre a Companhia

No uso deste meio, usar-se-á, preferencialmente, a forma sucinta.

- Correio eletrônico ou outra forma de transmissão eletrônica de dados para destinatário definido.

Este será o meio preferencialmente utilizado para transmitir as informações à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e às Bolsas de Valores.

- Página da Empresa na Rede Mundial de Computadores – Internet.

Este veículo conterà permanentemente todas as informações do Grupo 2A, rotineiramente atualizadas, e apresentará todas as informações divulgadas pela Empresa em sua forma completa, durante um período mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua comunicação à CVM.

- Correio, a ser utilizado quando o envio das informações à CVM não puder ser feito por via eletrônica.

4. CRONOGRAMA DE INFORMAÇÕES

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

As informações relativas à Empresa, serão divulgadas segundo o cronograma estabelecido no **Quadro 4**.

5. INFORMAÇÕES SIGILOSAS

5.1. CONCEITO

O tratamento das informações sigilosas envolve dois aspectos a considerar:

- a manutenção do sigilo;
- a detecção tempestiva do vazamento de informações sigilosas, especialmente das que além de sigilosas, se enquadram dentro da definição de informação relevante.

5.2. MANUTENÇÃO DO SIGILO

5.2.1. Informações Não Relevantes

A Diretoria deverá determinar as regras e procedimentos para manutenção da confidencialidade das informações de caráter sigiloso, adequados à natureza dessas informações.

5.2.2. Informações Relevantes

As informações relevantes de caráter sigiloso, deverão ser tratadas segundo as seguintes regras básicas:

- Só deverá ter acesso à informação quem precisar conhecê-la;
- As decisões de caráter sigiloso, do Conselho de Administração ou da Diretoria, serão registradas em ata especial e confidencial;
- Quando da contratação de Auditores Independentes ou Consultores, que no exercício de suas tarefas possam vir a ter acesso a informações sigilosas, deverá existir cláusula contratual que resguarde sua confidencialidade.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Quadro 4

Cronograma de Divulgação de Informações

Grupo / Subgrupo	Momento da Divulgação
1	Imediatamente, tão logo os atos e/ou fatos tenham se materializado.
2A	Permanente, no "site" da Empresa. Atualização sempre que necessário.
2B	Entre 30 de março e 31 de maio de cada ano.
2C	Até 45 dias após o encerramento do trimestre gregoriano.
3	<ul style="list-style-type: none"> • A variação das posições de Conselheiros, Diretores e outras pessoas ligadas, que tenham assinado o Termo de Adesão, até o 10º dia do mês subsequente àquele em que as negociações feitas tenham levado à variação de suas posições. • A variação das posições de Acionistas Controladores e/ou de Acionistas que nomearam membros do Conselho de Administração, que tenham assinado o Termo de Adesão, em até 2 dias úteis após a negociação que tenha levado à variação relevante de suas posições em quantidade correspondente a 5% ou mais da espécie ou classe de ações representativas do Capital da Companhia ou de outros valores mobiliários de emissão da Companhia.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

5.3. DETECÇÃO DE VAZAMENTO DE INFORMAÇÕES

- Em se detectando o vazamento de informação sigilosa relevante, o Diretor de Relações com Investidores providenciará sua imediata divulgação.

6. PROCEDIMENTOS DE CONSELHEIROS, ACIONISTAS CONTROLADORES, DIRETORES, GERENTES E CONSULTORES

De modo a garantir as divulgações das informações sobre negociação de ações de emissão da Cia., feitas por pessoas que têm acesso a informações relevantes, serão adotados os seguintes procedimentos:

- A Empresa comunicará formalmente os termos desta “Política de Divulgação de Informações” a seus Sócios Controladores, Conselheiros, Diretores e a todos e quaisquer funcionários e pessoas ligadas que, em razão de suas funções, tenham acesso a informações relevantes, delas procurando obter adesão formal em documento próprio, o Termo de Adesão **(Anexo I)**;
- Sócios Controladores, Conselheiros, Diretores e Pessoas Ligadas, que tenham assinado o Termo de Adesão, informarão à Companhia e à CVM, os negócios que vierem a efetuar com valores mobiliários previstos no item 2.3 desta Política, conforme modelo anexo **(Anexo II)**;
- Gerentes cuja função os levem a conhecer atos ou fatos relevantes, se obrigam a comunicar negócios que fizerem com valores mobiliários de emissão da Companhia ao Diretor de Relações com os Investidores, conforme modelo anexo **(Anexo II)**, comunicação esta a ser feita imediatamente após realização do negócio;
- A Empresa exigirá de seus Auditores Independentes, bem como de terceiros que venha a contratar e cujo trabalho os leve a conhecer atos ou fatos relevantes, declaração de que comunicarão à CVM qualquer negociação que venham a fazer com papéis da METISA, durante o tempo em que estiverem prestando serviços à Companhia, e no período de 180 dias que suceder ao seu término, nos termos do modelo anexo **(Anexo II)**;
- Os documentos acima referidos ficarão arquivados na Companhia, enquanto perdurar o vínculo das pessoas supra mencionadas com ela, e por um período mínimo de 5 (cinco) anos após a extinção desse vínculo.

7. RESPONSABILIDADES

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores fazer cumprir no que lhe couber, o disposto nesta “Política de Divulgação de Informações”, exceto no que tange às informações sobre negociação de ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia, feitas por Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores.

É de responsabilidade dos Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores a divulgação das informações relativas às negociações que tenham feito com valores mobiliários de emissão da

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Empresa (**art. 11 e art12**), sempre que excedida a variação de suas posições previstas no item 2.3 deste documento.

8. ACOMPANHAMENTO

Os Conselheiros e Diretores deverão estar informados sobre a Divulgação de Atos e Fatos Relevantes, assim como o Diretor de Relações com Investidores deverá estar a par das comunicações feitas à CVM por Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores. Assim, adota-se os seguintes procedimentos:

- O Diretor de Relações com Investidores providenciará a distribuição aos Diretores, Conselheiros e Acionistas Controladores, de todos os comunicados à CVM;
- Os Acionistas Controladores, Conselheiros, Diretores, Auditores e terceiros, enviarão, ao Diretor de Relações com Investidores, cópia das comunicações que fizerem à CVM, tão logo as tenham feito.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

- A Diretoria da Empresa tomará as necessárias providências para imediata implantação desta “Política de Divulgação de Informações”;
- A presente “Política de Divulgação de Informações” só poderá ser alterada, modificada ou revogada por decisão da Assembléia Geral dos Acionistas e/ou decisão do Conselho de Administração, tomada por maioria, em reunião com quorum mínimo de 2/3 dos Conselheiros.
- Qualquer alteração desta “Política” será imediatamente comunicada à CVM e divulgada conforme disposto no item 3 deste documento.

Timbó, 11 de março de 2016.

Flavio Snell
Presidente do Conselho de Administração

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

ANEXO I

Termo de Adesão ao Manual de Conduta e Política de Divulgação e Uso de Informações

METISA – Metalúrgica Timboense S.A.

Pelo presente instrumento, (nome, nacionalidade, estado civil, profissão), residente e domiciliado na cidade _____, Estado _____, à R _____ nº _____, bairro _____, portador da Carteira de Identidade RG _____ e do CPF _____, doravante denominado simplesmente Declarante”, na qualidade de _____ da Metisa Metalúrgica Timboense S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 86.375.425/0001-09 e Inscrição Estadual Nº 250.266.776, com sede na Rua Fritz Lorenz, 2442, na Cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente “Companhia”, vem, por meio deste Termo de Adesão, declarar ter integral conhecimento das regras constantes do Manual de Divulgação e Uso de Informações da METISA (“Manual”), cuja cópia recebeu, que disciplina a política interna quanto ao uso e divulgação de Informações Relevantes, obrigando-se a pautar suas ações sempre em conformidade com tais regras. O Declarante firma o presente Termo de Adesão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Timbó (SC), _____

Testemunhas:

1.

Nome:

R.G.:

CPF:

2.

Nome:

R.G.:

CPF:

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

ANEXO II

MODELO

Informação Sobre a Negociação com Valores Mobiliários de METISA ou Empresa de Capital Aberto Ligada

Ao

Diretor de Relações com Investidores

METISA – Metalúrgica Timboense S.A.

Av. Fritz Lorenz, 2.442

89120-000 – Timbó – SC

Prezados Senhores:

De conformidade com a Política de Divulgação de Informações da METISA – Metalúrgica Timboense S.A., venho comunicar que negocie valores mobiliários de sua emissão e/ou de Companhia de capital aberto a ela ligada. Informo a seguir, os principais dados relativos ao negócio:

- Companhia Emissora;
- Data do Negócio;
- Tipo do Valor Mobiliário;
- Tipo do Negócio (compra ou venda);
- Forma do Negócio (à vista, etc.);
- Quantidade Total Negociada;
- Quantidade Segundo Espécie e Classe;
- Preço, segundo espécie e classe;
- Corretora que intermediou o negócio.

Seguem os dados da pessoa que realizou o negócio:

Nome:

Qualificação:

CNPJ/CPF:

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores fazer cumprir no que lhe couber, o disposto nesta “Política de Divulgação de Informações”, exceto no que tange às informações sobre negociação de ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia, feitas por Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores.

É de responsabilidade dos Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores a divulgação das informações relativas às negociações que tenham feito com valores mobiliários de emissão da Empresa (**§ 1C e 2º do art. 2º e art. 11 e art. 12**), sempre que excedida a variação de suas posições previstas no item 2.3 deste documento.

21.4 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.